

SUMÁRIO

| | |
|------------------------|----|
| AGRADECIMENTOS | 9 |
| APRESENTAÇÃO..... | 11 |
| NOTA À 9ª EDIÇÃO | 13 |

CAPÍTULO I – TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL. INSTITUIÇÕES E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

| | |
|---|----|
| 1. Fundamentos do Direito Processual Civil..... | 63 |
| 1.1. Institutos fundamentais: jurisdição, ação, processo..... | 63 |
| 1.2. Natureza, estrutura e fins do processo..... | 65 |
| 1.3. Métodos de soluções de controvérsias. Jurisdição estatal e arbitral. Mediação e conciliação. “Justiça multiportas” | 67 |
| 1.3.1. Lide | 67 |
| 1.3.2. Processo civil e arbitragem: Jurisdições estatal e arbitral..... | 67 |
| 1.3.3. “Justiça multiportas” (“ <i>multi-door courthouse</i> ”). Mediação e conciliação | 68 |
| 1.3.4. Justiça <i>online</i> . Resolução de disputas <i>online</i> (ODR – <i>Online Dispute Resolution</i>) | 69 |
| 1.4. Fontes do Direito Processual Civil | 71 |
| 1.4.1. Normas aplicáveis à jurisdição civil. Normas constitucionais e controle de constitucionalidade..... | 71 |
| 1.4.2. <i>Status</i> normativo de tratados e convenções internacionais que versem sobre Direito Processual. Controle de convencionalidade, constitucionalidade e suprallegalidade ... | 72 |
| 1.4.3. Código de Processo Civil e leis especiais. Contradições, incompatibilidades e diálogos | 73 |

| | | |
|---------|---|----|
| 1.4.4. | Leis estaduais e distritais | 75 |
| 1.4.5. | Normas regimentais | 77 |
| 1.4.6. | Aplicação supletiva e subsidiária do Código de Processo Civil a outras modalidades de processo | 77 |
| 1.4.7. | Direito intertemporal processual. Direitos adquiridos processuais..... | 78 |
| 1.5. | A Constituição e seu influxo no Direito Processual Civil..... | 79 |
| 1.5.1. | Referência, nos arts. 1º e 8º do CPC, a princípios constitucionais | 79 |
| 1.5.2. | Dignidade da pessoa humana..... | 79 |
| 1.5.3. | Legalidade..... | 80 |
| 1.5.4. | Fins sociais do direito e bem comum | 81 |
| 1.5.5. | Proporcionalidade e razoabilidade | 82 |
| 1.5.6. | Eficiência..... | 83 |
| 1.6. | Princípios do Direito Processual Civil..... | 84 |
| 1.6.1. | Premissas | 84 |
| 1.6.2. | Garantias mínimas do devido processo legal..... | 85 |
| 1.6.3. | Acesso formal à justiça. Inafastabilidade da jurisdição..... | 85 |
| 1.6.4. | Acesso à ordem jurídica justa. Variados meios de solução de conflitos. Justiça multiportas | 86 |
| 1.6.5. | Ordem jurídica justa e direito ao processo adequado | 86 |
| 1.6.6. | Inércia da jurisdição, demanda e impulso oficial | 87 |
| 1.6.7. | Direito das partes de participar ativamente do procedimento destinado à criação da solução jurisdicional (direito à participação procedimental) | 87 |
| 1.6.8. | Contraditório | 88 |
| 1.6.9. | Isonomia processual | 89 |
| 1.6.10. | Juiz natural e imparcialidade | 90 |
| 1.6.11. | Segurança jurídica e proteção à confiança | 90 |
| 1.6.12. | Boa-fé objetiva..... | 91 |
| 1.6.13. | Cooperação..... | 92 |
| 1.6.14. | Economia processual..... | 93 |
| 1.6.15. | Razoável duração do processo | 94 |
| 1.6.16. | Publicidade | 94 |
| 1.6.17. | Fundamentação da decisão judicial | 95 |
| 2. | Jurisdição e Ação | 95 |
| 2.1. | Jurisdição e ação no quadro geral dos institutos fundamentais do processo civil | 95 |

| | | |
|------------|---|-----|
| 2.2. | Função jurisdicional..... | 96 |
| 2.2.1. | Natureza..... | 96 |
| 2.2.1.1. | Teorias sobre a função jurisdicional | 96 |
| 2.2.1.2. | Exercício da função jurisdicional no Estado Constitucional Democrático de Direito..... | 97 |
| 2.2.1.3. | Centro de justiça abrangente: centro judiciário de solução consensual de conflitos. Conciliação e mediação | 98 |
| 2.2.1.4. | Jurisdição arbitral | 100 |
| 2.2.1.5. | Jurisdição voluntária | 101 |
| 2.2.2. | Tutela jurisdicional preventiva e repressiva. Variações..... | 102 |
| 2.2.3. | Jurisdição nacional | 103 |
| 2.2.3.1. | Limites à jurisdição brasileira..... | 103 |
| 2.2.3.2. | Imunidade de jurisdição | 104 |
| 2.2.3.3. | Jurisdição internacional concorrente. Propositura de ação perante tribunal estrangeiro. Ausência de litispendência | 104 |
| 2.2.3.4. | <i>Forum shopping</i> e <i>forum non conveniens</i> | 105 |
| 2.2.3.5. | Eleição de foro exclusivo estrangeiro..... | 105 |
| 2.2.4. | Cooperação jurisdicional internacional..... | 106 |
| 2.2.5. | Competência interna..... | 108 |
| 2.2.5.1. | Jurisdição e competência | 108 |
| 2.2.5.2. | Jurisdição estatal e arbitral: limites de atuação, relações e cooperação | 108 |
| 2.2.5.3. | <i>Translatio judicii</i> . Efeitos da decisão proferida por juízo estatal incompetente ou por árbitro além dos limites da jurisdição arbitral..... | 110 |
| 2.2.5.4. | Classificações | 110 |
| 2.2.5.4.1. | Competência absoluta e relativa | 110 |
| 2.2.5.4.2. | Competência quanto à pessoa e à função. Particularidades..... | 111 |
| 2.2.5.5. | Definição do juízo competente | 111 |
| 2.2.5.5.1. | <i>Perpetuatio jurisdictionis</i> | 111 |
| 2.2.5.5.2. | Critérios gerais | 112 |
| 2.2.5.5.3. | Regras sobre determinação da competência..... | 113 |
| 2.2.5.6. | Relações entre causas e modificações da competência | 117 |
| 2.2.5.6.1. | Relações entre causas | 117 |

| | | | |
|------|----------------------------|---|-----|
| | 2.2.5.6.2. | Conexão | 117 |
| | 2.2.5.6.3. | Continência e litispendência parcial | 118 |
| | 2.2.5.6.4. | Ação “acessória” | 118 |
| | 2.2.5.6.5. | Reunião das causas no juízo prevento..... | 119 |
| | 2.2.5.7. | Modificação de competência por negócio jurídico processual realizado entre as partes. Limites | 119 |
| | 2.2.5.8. | Reconhecimento da incompetência. Efeitos..... | 120 |
| | 2.2.5.8.1. | Pronunciamento <i>ex officio</i> ou mediante provocação das partes. Prorrogação da competência relativa | 120 |
| | 2.2.5.8.2. | Medidas de urgência requeridas a juízo incompetente..... | 121 |
| | 2.2.5.8.3. | Reconhecimento da incompetência. Remessa dos autos ao juízo competente. Efeitos da decisão proferida por juízo incompetente | 121 |
| | 2.2.5.9. | Conflito de competência | 122 |
| | 2.2.6. | Cooperação jurisdicional nacional | 122 |
| 2.3. | Direito de ação | | 123 |
| | 2.3.1. | Direito ao processo adequado | 123 |
| | 2.3.2. | Tutela jurisdicional adequada ao direito material | 124 |
| | 2.3.3. | Natureza | 125 |
| | 2.3.4. | Teoria da relação de <i>status</i> | 127 |
| | 2.3.5. | Requisitos..... | 128 |
| | 2.3.5.1. | Interesse e legitimidade..... | 128 |
| | 2.3.5.2. | Legitimidade <i>ad causam</i> e <i>ad processum</i> (ordinária e extraordinária) | 129 |
| | 2.3.5.3. | Requisitos da demanda e mérito | 131 |
| | 2.3.6. | Espécies..... | 132 |
| 3. | Sujeitos do processo | | 135 |
| | 3.1. | Partes..... | 135 |
| | 3.1.1. | Partes processuais como centros de interesse | 135 |
| | 3.1.2. | Capacidade de ser parte, capacidade processual e capacidade postulatória. Capacidade e legitimidade processual | 136 |

| | | |
|----------|---|-----|
| 3.1.3. | Capacidade processual e representação..... | 137 |
| 3.1.3.1. | Noções elementares..... | 137 |
| 3.1.3.2. | União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Associação de Representação de Municípios | 137 |
| 3.1.3.3. | Órgãos do Poder Legislativo..... | 138 |
| 3.1.3.4. | Massa falida | 138 |
| 3.1.3.5. | Espólio. Inventariante, herdeiros e sucessores..... | 138 |
| 3.1.3.6. | Pessoa jurídica. Pessoa jurídica estrangeira | 139 |
| 3.1.3.7. | Condomínio | 139 |
| 3.1.3.8. | Curador especial | 139 |
| 3.1.3.9. | Legitimação do cônjuge ou companheiro | 141 |
| 3.1.4. | Capacidade postulatória | 141 |
| 3.1.4.1. | Representação por advogado..... | 141 |
| 3.1.4.2. | Relevância da representação por advogado. Prerrogativas do advogado, na defesa de seu constituente..... | 142 |
| 3.1.4.3. | Procuração e informações relacionadas às intimações | 143 |
| 3.1.4.4. | Revogação ou renúncia ao mandato | 144 |
| 3.1.4.5. | Advocacia Pública..... | 144 |
| 3.1.4.6. | Defensoria Pública..... | 145 |
| 3.1.5. | Correção de vícios atinentes à capacidade processual ou postulatória..... | 147 |
| 3.1.6. | Sucessão das partes | 148 |
| 3.2. | Pluralidade de partes: litisconsórcio | 149 |
| 3.2.1. | Regime geral | 149 |
| 3.2.2. | Litisconsórcio voluntário. Limites. Formação ulterior de litisconsórcio voluntário | 149 |
| 3.2.3. | Restrições ao litisconsórcio voluntário. Litisconsórcio multitudinário. Vedação da Lei 13.188/2015 | 150 |
| 3.2.4. | Litisconsórcio unitário | 151 |
| 3.2.5. | Litisconsórcio necessário | 151 |
| 3.3. | Intervenção de terceiros | 153 |
| 3.3.1. | Considerações gerais. Ingresso de terceiros no processo, para tornarem-se partes ou sujeitos processuais de outra natureza..... | 153 |
| 3.3.2. | Assistência | 153 |
| 3.3.2.1. | Assistência simples (ou adesiva) e litisconsorcial (ou qualificada). Aproximações e distinções..... | 153 |

| | | |
|----------|--|-----|
| 3.3.2.2. | Assistência litisconsorcial e litisconsórcio unitário voluntário ulterior | 154 |
| 3.3.2.3. | Assistência simples. Terceiro que pode tornar-se substituto processual | 155 |
| 3.3.3. | Denúnciação da lide | 156 |
| 3.3.3.1. | Demanda do denunciante contra o denunciado ... | 156 |
| 3.3.3.2. | Admissibilidade da denúnciação da lide | 157 |
| 3.3.3.3. | Direito de regresso não pleiteado através da denúnciação. Apresentação da pretensão em ação autônoma | 157 |
| 3.3.3.4. | Denúnciação da lide individual, coletiva e <i>per saltum</i> . Denúnciações sucessivas | 158 |
| 3.3.3.5. | Conteúdo e momento da denúnciação | 158 |
| 3.3.3.6. | Partes e terceiro: posição processual, após a denúnciação | 159 |
| 3.3.3.7. | Julgamento da denúnciação. Efeitos. Sucumbência | 159 |
| 3.3.4. | Chamamento ao processo | 160 |
| 3.3.4.1. | Finalidade do chamamento ao processo | 160 |
| 3.3.4.2. | Chamamento ao processo e denúnciação da lide: aproximações e distinções | 161 |
| 3.3.4.3. | Efeitos da sentença de procedência, em relação aos réus | 161 |
| 3.3.5. | Incidente de desconconsideração da personalidade jurídica | 162 |
| 3.3.5.1. | Fundamentos e hipóteses de desconconsideração da personalidade jurídica | 162 |
| 3.3.5.2. | Natureza e processamento do incidente | 165 |
| 3.3.6. | <i>Amicus curiae</i> | 166 |
| 3.3.6.1. | Natureza da intervenção do <i>amicus curiae</i> | 166 |
| 3.3.6.2. | Direito à participação procedimental e legitimação das decisões judiciais. Intervenção do <i>amicus curiae</i> no CPC. Crítica | 166 |
| 3.3.6.3. | Formas de intervenção do <i>amicus curiae</i> no direito brasileiro | 168 |
| 3.3.6.4. | Atos processuais que podem ser praticados pelo <i>amicus curiae</i> | 169 |
| 3.4. | Deveres dos sujeitos do processo | 170 |
| 3.4.1. | Conduta dos sujeitos do processo. Abrangência da regra prevista no art. 77 do CPC | 170 |
| 3.4.2. | <i>Contempt of Court</i> . Atentado | 171 |

| | | |
|------------|--|-----|
| 3.4.3. | Abuso processual e assédio judicial. Falsos litígios (<i>sham litigation</i>). Ações judiciais estratégicas contra participações públicas (<i>strategic lawsuits against public participation</i>) | 172 |
| 3.4.4. | Sanção pelo descumprimento de deveres processuais | 174 |
| 3.4.5. | Litigância de má-fé..... | 174 |
| 3.4.5.1. | Caracterização do exercício abusivo de direitos processuais..... | 174 |
| 3.4.5.2. | Dever de indenizar por litigância de má-fé..... | 175 |
| 3.4.6. | Despesas processuais e honorários advocatícios | 176 |
| 3.4.6.1. | Despesas e custas processuais..... | 176 |
| 3.4.6.1.1. | Natureza. Custas processuais e acesso à justiça | 176 |
| 3.4.6.1.2. | Dever de arcar com as despesas processuais | 177 |
| 3.4.6.1.3. | Caução às custas | 178 |
| 3.4.6.2. | Honorários advocatícios | 179 |
| 3.4.6.2.1. | Natureza | 179 |
| 3.4.6.2.2. | Critérios a serem observados na fixação de honorários sucumbenciais. Fixação em decisão interlocutória ou sentença ... | 181 |
| 3.4.6.3. | Sucumbência <i>versus</i> causalidade? A sucumbência como sinal aparente da causalidade. | 183 |
| 3.4.6.4. | Sucumbência recursal | 185 |
| 3.4.6.5. | Convenções sobre financiamento processual (<i>litigation finance</i>) e responsabilidade dos terceiros financiadores (<i>third party financiers</i>).... | 188 |
| 3.5. | Gratuidade da justiça..... | 189 |
| 3.5.1. | Assistência jurídica, assistência judiciária e gratuidade da justiça. Aproximações e distinções..... | 189 |
| 3.5.2. | Abrangência da gratuidade da justiça | 190 |
| 3.5.3. | Aspectos procedimentais | 190 |
| 3.6. | Ministério Público | 191 |
| 3.6.1. | Funções institucionais do Ministério Público | 191 |
| 3.6.2. | Exercício do direito de ação pelo Ministério Público..... | 192 |
| 3.6.3. | Ministério Público como fiscal da ordem jurídica (<i>custos legis</i>) | 193 |
| 3.6.4. | Intimação do Ministério Público | 194 |

| | | |
|------------|--|-----|
| 3.7. | Juiz e auxiliares da justiça..... | 195 |
| 3.7.1. | Órgão judicial, organismo jurisdicional e auxiliares da justiça | 195 |
| 3.7.2. | Direção do processo pelo juiz | 196 |
| 3.7.2.1. | Direção formal e material do processo | 196 |
| 3.7.2.2. | Exercício da direção do processo pelo juiz e observância de garantias constitucionais..... | 197 |
| 3.7.2.3. | Dever de prevenção | 198 |
| 3.7.2.4. | Déficit procedimental e ajuste do procedimento às necessidades da causa..... | 198 |
| 3.7.2.5. | Direção material do processo, poderes do juiz, medidas executivas e de cautela..... | 201 |
| 3.7.2.6. | Gestão dos processos. Observância à ordem cronológica de julgamentos | 202 |
| 3.7.2.7. | Processo simulado ou fraudulento | 204 |
| 3.7.2.8. | Processo estrutural | 205 |
| 3.7.3. | Responsabilidade do juiz..... | 205 |
| 3.7.4. | Imparcialidade do juiz..... | 206 |
| 3.7.4.1. | Imparcialidade, neutralidade e passividade do juiz | 206 |
| 3.7.4.2. | Impedimento e suspeição. Aproximações e distinções. Crítica | 206 |
| 3.7.4.3. | Hipóteses de impedimento | 209 |
| 3.7.4.4. | Suspeição e interesse público. Investigação do <i>animus</i> do juiz | 210 |
| 3.7.4.5. | Aspectos procedimentais..... | 211 |
| 3.7.4.5.1. | Alegação de impedimento e de suspeição e processamento do incidente..... | 211 |
| 3.7.4.5.2. | Efeito suspensivo | 211 |
| 3.7.4.5.3. | Efeitos do reconhecimento da parcialidade do juiz | 212 |
| 3.7.4.5.4. | Reconhecimento de impedimento em tribunal superior | 213 |
| 3.7.4.6. | Impedimento e suspeição de outros sujeitos imparciais do processo | 213 |
| 3.7.5. | Auxiliares da justiça | 213 |
| 3.7.5.1. | Perfis gerais..... | 213 |
| 3.7.5.2. | Escrivão, chefe de secretaria e oficial de justiça ... | 216 |
| 3.7.5.3. | Perito | 218 |

| | | |
|----------|---|-----|
| 3.7.5.4. | Depositário e administrador | 221 |
| 3.7.5.5. | Intérprete e tradutor | 223 |
| 3.7.5.6. | Conciliador e mediador | 223 |
| 4. | Atos processuais | 228 |
| 4.1. | Processo e procedimento | 228 |
| 4.2. | Teoria do fato jurídico processual | 228 |
| 4.2.1. | Fatos e atos processuais | 228 |
| 4.2.2. | Atos e negócios processuais | 229 |
| 4.2.3. | Declarações unilaterais, bilaterais ou plurilaterais | 230 |
| 4.2.4. | Faculdades, ônus e deveres processuais | 230 |
| 4.2.5. | Negócios jurídicos processuais..... | 231 |
| 4.2.5.1. | Negócio jurídico processual e ato jurídico <i>stricto sensu</i> processual. Negócios típicos e atípicos. Atipicidade e força normativa da vontade..... | 231 |
| 4.2.5.2. | Negócios processuais sobre procedimentos, ônus, poderes, faculdades e deveres processuais. Disciplina dos negócios típicos e atípicos | 232 |
| 4.2.5.3. | Calendário processual..... | 236 |
| 4.2.6. | Preclusão..... | 238 |
| 4.2.6.1. | Preclusão para as partes e limites à atuação jurisdicional..... | 238 |
| 4.2.6.2. | Preclusão para o juiz. “Preclusão <i>pro judicato</i> ”? Precisões conceituais. Crítica | 238 |
| 4.2.6.3. | Espécies de preclusão, em relação às partes | 241 |
| 4.2.6.4. | Vedações à atuação ulterior do órgão jurisdicional e preclusão | 241 |
| 4.3. | Forma do processo e do ato processual..... | 242 |
| 4.3.1. | Forma e conteúdo do ato processual. Vontade e função (causa ou fim) do ato processual | 242 |
| 4.3.2. | Forma dos atos processuais..... | 243 |
| 4.3.3. | Forma do processo e devido processo legal: formalismo constitucional..... | 244 |
| 4.3.4. | Forma e finalidade do processo. Instrumentalidade das formas..... | 245 |
| 4.3.5. | Língua portuguesa como idioma oficial..... | 246 |
| 4.4. | Publicidade dos atos processuais | 247 |
| 4.4.1. | Publicidade absoluta (ou externa), como regra, temperada com publicidade restrita (ou interna) dos atos processuais. Raiz constitucional..... | 247 |

| | | |
|-----------|---|-----|
| 4.4.2. | Publicidade absoluta <i>versus</i> restrita (segredo de justiça). Interesse público ou social. Intimidade | 247 |
| 4.5. | Prática eletrônica de atos processuais | 249 |
| 4.5.1. | Aspectos gerais | 249 |
| 4.5.2. | Prática e registro de atos processuais por meio eletrônico: atualidade e virtualidade. Oralidade e processo em autos eletrônicos..... | 250 |
| 4.5.3. | Prática de atos por meio eletrônico: processo ou procedimento? | 251 |
| 4.5.4. | Assinatura eletrônica | 252 |
| 4.5.5. | Garantias de acesso ao sistema de processo em autos eletrônicos..... | 253 |
| 4.6. | Atos das partes..... | 255 |
| 4.7. | Atos do juiz | 256 |
| 4.7.1. | Atos, pronunciamentos e decisões do juiz..... | 256 |
| 4.7.2. | Decisões final (sentença) e interlocutória | 257 |
| 4.7.3. | Despachos e atos meramente ordinatórios | 259 |
| 4.7.4. | Acórdãos e pronunciamentos monocráticos proferidos em tribunais e turmas recursais de juizados. Julgamento colegiado em primeiro grau | 261 |
| 4.7.5. | Forma e publicidade da decisão judicial..... | 261 |
| 4.8. | Atos do escrivão ou chefe de secretaria..... | 263 |
| 4.9. | Lugar dos atos processuais | 264 |
| 4.10. | Tempo dos atos processuais | 265 |
| 4.11. | Prazos processuais | 266 |
| 4.11.1. | Prazos processuais legais, judiciais e convencionais | 266 |
| 4.11.2. | Modificações dos prazos processuais | 267 |
| 4.11.2.1. | Prazos peremptórios e dilatórios..... | 267 |
| 4.11.2.2. | Modificação dos prazos processuais legais por convenção das partes..... | 268 |
| 4.11.2.3. | Modificação judicial dos prazos processuais legais..... | 268 |
| 4.11.3. | Observância do prazo e preclusão..... | 269 |
| 4.11.3.1. | Prazos próprios e impróprios | 269 |
| 4.11.3.2. | Extinção do direito de praticar o ato pelo decurso do prazo (preclusão temporal)..... | 269 |
| 4.11.3.3. | Direito à emenda dentro do prazo processual. Mitigação da preclusão consumativa..... | 270 |

| | | |
|-------------|---|-----|
| 4.11.3.4. | Ato praticado antes do termo inicial do prazo | 270 |
| 4.11.3.5. | Preclusão e justa causa..... | 270 |
| 4.11.4. | Crerios relativos aos prazos processuais | 271 |
| 4.11.4.1. | Termo inicial | 271 |
| 4.11.4.2. | Contagem do prazo | 272 |
| 4.11.4.3. | Prorrogação, suspensão, restituição do prazo..... | 275 |
| 4.12. | Comunicação dos atos processuais..... | 276 |
| 4.12.1. | Cartas e comunicações entre rgãos jurisdicionais..... | 276 |
| 4.12.1.1. | Cooperação e comunicação..... | 276 |
| 4.12.1.2. | Modalidades das cartas | 277 |
| 4.12.1.3. | Aspectos procedimentais..... | 277 |
| 4.12.2. | Citação | 279 |
| 4.12.2.1. | Precisões conceituais..... | 279 |
| 4.12.2.2. | Citação e integraão da relaão processual | 280 |
| 4.12.2.2.1. | Citação, inexistência e ineficácia | 280 |
| 4.12.2.2.2. | Falta ou a nulidade da citaão e validade do processo | 281 |
| 4.12.2.2.3. | Comparecimento espontâneo do réu ou executado para alegação da nulidade da citaão e prazo para resposta | 282 |
| 4.12.2.2.4. | Sentença favorável ao réu ou executado não citado | 283 |
| 4.12.2.3. | Efeitos da citaão..... | 284 |
| 4.12.2.3.1. | Litispndência. Alteração dos elementos da ação após a citaão | 284 |
| 4.12.2.3.2. | Consequências da citaão, em relaão à mora..... | 284 |
| 4.12.2.3.3. | Interrupção da prescrição pela citaão..... | 285 |
| 4.12.2.4. | Modalidades de citaão. Restrições legais | 286 |
| 4.12.2.5. | Citação por meio eletrônico. Domicílio judicial eletrônico..... | 288 |
| 4.12.2.6. | Citação pelo correio..... | 290 |
| 4.12.2.6.1. | Regra e exceções | 290 |
| 4.12.2.6.2. | Requisitos da carta de citaão | 290 |
| 4.12.2.6.3. | Citação de pessoa jurídica e teoria da aparência | 291 |

| | | |
|-------------|--|-----|
| 4.12.2.6.4. | Citação de pessoas em condomínios edifícios ou loteamentos com controle de acesso | 291 |
| 4.12.2.7. | Citação por oficial de justiça..... | 291 |
| 4.12.2.8. | Citação com hora certa..... | 292 |
| 4.12.2.9. | Citação pelo escrivão ou chefe de secretaria | 293 |
| 4.12.2.10. | Citação por edital..... | 294 |
| 4.12.2.11. | Procedimento edital | 295 |
| 4.12.3. | Intimações | 296 |
| 4.12.3.1. | Finalidade | 296 |
| 4.12.3.2. | Meios de intimação..... | 297 |
| 4.12.3.2.1. | Intimação por meio eletrônico | 297 |
| 4.12.3.2.2. | Intimação por publicação no órgão oficial. Diário da Justiça eletrônico | 298 |
| 4.12.3.2.3. | Intimação em portal eletrônico ou em Diário da Justiça Eletrônico. Conflito. Solução à luz da lei e da Resolução 455/2022 do CNJ (com a reforma da Resolução 569/2024 do CNJ)..... | 299 |
| 4.12.3.2.4. | Intimação pelo correio..... | 300 |
| 4.12.3.2.5. | Intimação pelo escrivão ou chefe de secretaria | 301 |
| 4.12.3.2.6. | Intimação pessoal pelo oficial de justiça..... | 301 |
| 4.12.3.2.7. | Intimação com hora certa e por edital..... | 301 |
| 4.12.3.3. | Endereçamento e publicação da intimação. Requisitos | 301 |
| 4.12.3.3.1. | Indicação do advogado em nome de quem deve ser realizada a comunicação processual..... | 301 |
| 4.12.3.3.2. | Indicação da sociedade a que pertence o advogado, a fim de que em nome dela seja realizada a intimação..... | 302 |
| 4.12.3.3.3. | Requisitos da publicação. Erro nas informações veiculadas no órgão oficial | 302 |

| | | |
|-----------|---|-----|
| 4.12.3.4. | Arguição da nulidade da intimação. Republicação e reabertura do prazo | 302 |
| 4.13. | Nulidades processuais | 303 |
| 4.13.1. | Nulidade processual como técnica de proteção das garantias processuais | 303 |
| 4.13.2. | Nulidade e produção de efeitos..... | 303 |
| 4.13.3. | Nulidade como sanção | 304 |
| 4.13.4. | Existência e validade dos atos processuais. Nulidade ou anulabilidade (ou nulidade absoluta e relativa) do ato processual. Precisos conceituais | 304 |
| 4.13.5. | Conteúdo e forma do ato processual. Função (ou causa, ou finalidade essencial) do ato processual. Finalidade alcançada..... | 306 |
| 4.13.6. | Forma cuja inobservância não recebe a sanção de nulidade. Nulidades cominadas e não cominadas..... | 307 |
| 4.13.7. | Abordagem funcional dos requisitos processuais. Dogma da prioridade | 307 |
| 4.13.8. | Sistema processual e nulidades..... | 308 |
| 4.13.8.1. | Princípios fundamentais do processo civil e nulidades processuais..... | 308 |
| 4.13.8.2. | Contraditório efetivo. Dever de consulta | 308 |
| 4.13.8.3. | Dever de prevenção contra o surgimento de vícios processuais e contra a decretação de nulidades. Dever de esclarecimento | 309 |
| 4.13.8.4. | Alcance do art. 276 do CPC. Dever de cooperação, boa-fé objetiva e proibição de <i>venire contra factum proprium</i> | 309 |
| 4.13.9. | Regime das nulidades no processual civil..... | 311 |
| 4.13.9.1. | Convalidação do ato processual e preclusão | 311 |
| 4.13.9.2. | Importância da alegação oportuna do vício pela parte | 312 |
| 4.13.9.3. | Aproveitamento dos atos processuais..... | 313 |
| 4.13.9.4. | Restrição da nulidade. Vício de parte do ato | 313 |
| 4.13.9.5. | Ineficácia dos atos dependentes do anulado e ausência de repercussão, em relação aos atos independentes | 314 |
| 4.13.9.6. | Decretação da nulidade e manutenção dos efeitos do ato..... | 314 |
| 4.13.9.7. | Repetição ou retificação de atos processuais viciados | 314 |

| | | |
|-------------|---|-----|
| 4.13.9.8. | Ausência de prejuízo, apesar do vício processual. Transcendência. Ausência de intimação do Ministério Público | 315 |
| 4.13.9.9. | Vício da citação ou intimação e ineficácia do processo | 315 |
| 4.14. | Distribuição e registro | 316 |
| 4.14.1. | Aspectos gerais | 316 |
| 4.14.2. | Livre distribuição e garantias constitucionais do processo ... | 316 |
| 4.14.3. | Distribuição autônoma e “por dependência” (atribuição) | 318 |
| 4.14.3.1. | Regra geral | 318 |
| 4.14.3.2. | Relação entre causas e competência do juízo prevento | 318 |
| 4.14.3.3. | Reiteração de ações idênticas ou análogas | 318 |
| 4.15. | Valor da causa | 320 |
| 4.15.1. | Repercussão processual e patrimonial da definição do valor da causa | 320 |
| 4.15.2. | Definição do valor da causa | 320 |
| 4.15.2.1. | Impossibilidade de aferição imediata do valor da causa | 320 |
| 4.15.2.2. | Critérios a serem considerados na definição do valor da causa | 321 |
| 4.15.2.3. | Aspectos procedimentais | 322 |
| 4.15.2.3.1. | Indicação do valor da causa na petição inicial ou de reconvenção... | 322 |
| 4.15.2.3.2. | Correção <i>ex officio</i> do valor da causa, pelo juiz | 322 |
| 4.15.2.3.3. | Impugnação ao valor da causa | 323 |
| 5. | Formação, Suspensão e Extinção do Processo | 323 |
| 5.1. | Formação do processo | 323 |
| 5.1.1. | Demanda e citação | 323 |
| 5.1.2. | Momento da propositura da ação | 324 |
| 5.2. | Suspensão do processo | 324 |
| 5.2.1. | Suspensão própria e imprópria | 324 |
| 5.2.2. | Hipóteses de suspensão do processo | 325 |
| 5.3. | Extinção do processo | 330 |
| 5.3.1. | Deve-se evitar, sempre que possível, a extinção do processo sem resolução do mérito | 330 |
| 5.3.2. | Sentença | 330 |

CAPÍTULO II – PROCESSO DE CONHECIMENTO. PROCEDIMENTO COMUM

| | |
|--|-----|
| 1. Perfis gerais | 333 |
| 1.1. Processo de conhecimento, cumprimento de sentença e procedimentos especiais | 333 |
| 1.2. Ações de conhecimento “puras” e procedimento comum..... | 333 |
| 1.3. Técnicas contempladas no procedimento comum e no cumprimento de sentença | 334 |
| 1.4. Aplicação subsidiária das regras do procedimento comum a outros procedimentos | 335 |
| 1.5. Opção entre procedimento comum (e respectivo cumprimento de sentença) e de execução..... | 335 |
| 1.6. “Fases” do procedimento comum | 336 |
| 2. Propositura da demanda | 337 |
| 2.1. Inércia da jurisdição e demanda..... | 337 |
| 2.2. Petição inicial | 338 |
| 2.2.1. Veiculação do pedido e da causa de pedir na petição inicial. Repercussão ao longo do processo | 338 |
| 2.2.2. Elementos formais e endereçamento | 339 |
| 2.2.3. Partes | 339 |
| 2.2.4. “Fatos e fundamentos jurídicos do pedido” | 340 |
| 2.2.4.1. Causa de pedir próxima e remota, ativa e passiva... | 340 |
| 2.2.4.2. Fatos simples e causa de pedir | 342 |
| 2.2.4.3. Substanciação e individuação. Substanciação restrita | 342 |
| 2.2.4.4. <i>Iura novit curia. Da mihi factum dabo tibi ius</i> | 343 |
| 2.2.4.5. O uso da jurisprudência como referencial, pelas partes. Admissibilidade e inépcia. Argumentação e convencimento judicial | 344 |
| 2.2.4.6. Indicação das obrigações em torno das quais se litiga e do valor incontroverso como requisito específico da petição inicial | 345 |
| 2.2.5. Pedido..... | 346 |
| 2.2.5.1. Pedidos imediato e mediato..... | 346 |
| 2.2.5.2. Precisão do pedido imediato (“pedido certo”). Interpretação e boa-fé | 346 |
| 2.2.5.3. Pedido mediato determinado ou indeterminado (genérico)..... | 347 |
| 2.2.5.4. Pedido de obrigações alternativas (“pedido alternativo”)..... | 348 |

| | | |
|------------|--|-----|
| 2.2.6. | Cumulação de ações | 348 |
| 2.2.6.1. | Cumulação objetiva e subjetiva, originária e superveniente, simples e sucessiva | 348 |
| 2.2.6.2. | Requisitos | 349 |
| 2.2.6.3. | Cumulação aparente ou imprópria | 350 |
| 2.2.6.3.1. | Pedidos apresentados em ordem subsidiária (“cumulação” subsidiária, ou eventual)..... | 350 |
| 2.2.6.3.2. | Pedidos apresentados alternativamente (“cumulação” alternativa) | 350 |
| 2.2.7. | Indicação de provas | 351 |
| 2.2.8. | Requerimento expresso e específico para a citação do réu não é requisito formal da petição inicial..... | 352 |
| 2.2.9. | Opção pela realização ou não de audiência de conciliação ou mediação..... | 352 |
| 2.2.10. | Documentos que devem instruir a petição inicial..... | 353 |
| 2.3. | Alteração dos elementos da ação após a propositura da demanda | 354 |
| 2.3.1. | Estabilização dos elementos da ação. Regra geral..... | 354 |
| 2.3.2. | Alteração e aditamento do pedido e da causa de pedir, até a citação e após esta, mas até o saneamento do feito. Alteração de fundamentos legais..... | 354 |
| 2.3.3. | Alteração, aditamento ou realização de novo pedido após a revelia | 354 |
| 2.3.4. | Alteração e aditamento do pedido e da causa de pedir após o saneamento do feito | 355 |
| 2.3.5. | Alteração das partes após a propositura da ação..... | 355 |
| 3. | Atividade jurisdicional preliminar. Da admissibilidade da demanda à possível solução do mérito | 356 |
| 3.1. | Atividade liminar desenvolvida pelo juiz, quanto aos requisitos processuais e quanto ao mérito..... | 356 |
| 3.2. | Juízo de admissibilidade da demanda..... | 357 |
| 3.2.1. | Noções gerais..... | 357 |
| 3.2.2. | Juízo de admissibilidade ordinatório. Emenda da petição inicial. Dever de prevenção | 357 |
| 3.2.3. | Juízo de admissibilidade negativo. Indeferimento da petição inicial | 358 |
| 3.2.3.1. | Aspectos gerais..... | 358 |

| | | |
|----------|--|-----|
| 3.2.3.2. | Requisitos da demanda. Teorias da asserção (ou <i>della prospettazione</i>) e da exposição (exame em concreto) | 359 |
| 3.2.3.3. | Inépcia da petição inicial | 360 |
| 3.3. | Improcedência liminar do pedido | 360 |
| 3.3.1. | Paralelo entre o CPC/2015 e o CPC/1973 | 360 |
| 3.3.2. | Contrariedade manifesta à norma jurídica. A jurisprudência como referencial..... | 361 |
| 3.3.3. | A precisão da norma, tal como revelada pela jurisprudência. Precisão da sentença de improcedência liminar, fundada em enunciado de súmula ou julgamento de casos repetitivos | 362 |
| 3.3.4. | Improcedência liminar, em caso de decadência ou prescrição..... | 363 |
| 3.4. | Apelação contra a decisão que indefere a petição inicial ou julga improcedente, liminarmente, o pedido..... | 364 |
| 3.5. | Juízo de admissibilidade positivo e citação do réu, para comparecer à audiência de conciliação ou de mediação ou para responder..... | 365 |
| 3.5.1. | Juízo de admissibilidade positivo da demanda. Ausência de decisão “implícita” sobre os requisitos da ação | 365 |
| 3.5.2. | Citação do réu para comparecer à audiência de conciliação ou mediação ou para contestar | 366 |
| 3.5.3. | Não realização da audiência por vontade de uma ou de ambas as partes. As redações dos arts. 334, § 4º, I do CPC e 27 da Lei 13.140/2015 | 366 |
| 3.5.4. | Causas que não admitem autocomposição | 368 |
| 3.5.5. | Prazos mínimo e máximo para a realização de audiência de conciliação ou mediação. Frustração dos objetivos da lei, face a realidade do Poder Judiciário brasileiro..... | 369 |
| 3.5.6. | Realização da audiência de conciliação ou mediação | 370 |
| 4. | Atitudes do réu: inação, reação e demanda | 371 |
| 4.1. | Visão geral. Abrangência da contestação no CPC..... | 371 |
| 4.2. | Reação: apresentação de defesa na contestação..... | 373 |
| 4.2.1. | Defesa, contraditório e direito de ação, fundamento da defesa e causa de pedir | 373 |
| 4.2.2. | Variações da defesa | 374 |
| 4.2.3. | Princípio da eventualidade | 375 |
| 4.2.3.1. | Concentração da defesa | 375 |
| 4.2.3.2. | Apresentação de novas alegações pelo réu após a contestação | 376 |

| | | |
|----------|--|-----|
| 4.2.4. | Defesa processual..... | 376 |
| 4.2.4.1. | Preliminares ao mérito | 376 |
| 4.2.4.2. | Variações procedimentais subsequentes à apresentação de defesa processual | 377 |
| 4.2.4.3. | Resolução imediata da questão ou postergação para momento processual posterior. O problema da alegação de incompetência..... | 377 |
| 4.2.4.4. | Primazia do juízo arbitral ao estatal. Necessidade de solução imediata da questão | 378 |
| 4.2.4.5. | Manifestação <i>ex officio</i> sobre matérias de defesa processual como regra. Ausência de alegação de convenção de arbitragem ou de incompetência relativa. Respeito à autonomia de vontade das partes..... | 379 |
| 4.2.4.6. | Litispêndência e coisa julgada. Teorias da tríplice identidade e da identidade da relação jurídica material..... | 380 |
| 4.2.4.7. | Correção da legitimidade no polo passivo | 381 |
| 4.2.4.8. | Alegação de incompetência relativa | 381 |
| 4.2.5. | Defesa substancial ou de mérito | 382 |
| 4.2.6. | Ônus da impugnação especificada..... | 383 |
| 4.3. | Demanda: apresentação de reconvenção na contestação | 384 |
| 4.3.1. | Natureza da reconvenção. Pedido contraposto e ação dúplice. Aproximações e distinções | 384 |
| 4.3.2. | Reconvenção e contestação..... | 385 |
| 4.3.3. | Cumulação superveniente de ações | 385 |
| 4.3.4. | Partes na reconvenção | 386 |
| 4.3.5. | Conexão para a reconvenção | 386 |
| 4.3.6. | Ausência de interesse em reconvir, se o mesmo resultado prático puder ser obtido pelo réu através da defesa apresentada na contestação..... | 387 |
| 4.3.7. | Juízo de admissibilidade da reconvenção e emenda. Resposta do reconvindo. Contraditório e julgamento | 388 |
| 4.4. | Inércia do réu: ausência de contestação e revelia..... | 389 |
| 4.4.1. | Revelia e efeitos da revelia | 389 |
| 4.4.2. | Hipóteses em que não se presumem verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor | 390 |
| 4.4.3. | Presunção da veracidade das alegações do autor e improcedência do pedido | 391 |
| 4.4.4. | <i>Status</i> processual do réu revel | 391 |

| | |
|---|-----|
| 5. Providências preliminares, julgamento conforme o estado do processo, saneamento e organização do processo | 392 |
| 5.1. Providências preliminares | 392 |
| 5.1.1. Finalidade | 392 |
| 5.1.2. Ocorrência de revelia, mas não de seus efeitos. Direito do revel à prova | 394 |
| 5.1.3. Defesa do réu, contraditório e saneamento | 394 |
| 5.2. Julgamento conforme o estado do processo..... | 395 |
| 5.2.1. Visão geral..... | 395 |
| 5.2.2. “Extinção do processo”, com base no art. 354 do CPC | 396 |
| 5.2.3. Julgamento “antecipado”, total ou parcial, do mérito | 396 |
| 5.2.3.1. Julgamento imediato do mérito | 396 |
| 5.2.3.2. Desnecessidade de produção de provas em audiência. Revelia | 397 |
| 5.2.3.3. Julgamento imediato do mérito e cerceamento de defesa..... | 398 |
| 5.2.3.4. Julgamento parcial do mérito | 398 |
| 5.3. Saneamento e organização do processo | 400 |
| 5.3.1. Métodos difuso e concentrado de saneamento..... | 400 |
| 5.3.2. Objetivo do saneamento realizado <i>ex vi</i> do art. 357 do CPC ... | 400 |
| 5.3.3. Iniciativa e forma do saneamento e organização do processo. Decisão unilateral do juiz. Negócio jurídico processual realizado em cooperação entre todos os sujeitos processuais..... | 400 |
| 6. Audiência de instrução e julgamento..... | 402 |
| 6.1. Produção de provas em audiência de instrução | 402 |
| 6.2. Intimação das partes e prazo mínimo a ser observado para a realização da audiência. Adiamiento ou antecipação | 403 |
| 6.3. Audiência <i>una</i> e contínua. Cindibilidade. Suspensão e prosseguimento..... | 404 |
| 6.4. Direção da audiência de instrução pelo juiz. Autocomposição e outros meios de solução de conflitos | 404 |
| 6.5. Ordem da produção das provas em audiência..... | 405 |
| 6.6. Razões finais | 405 |
| 6.7. Julgamento na audiência..... | 406 |
| 6.8. Documentação da audiência | 407 |
| 7. Provas | 408 |
| 7.1. Identificação de qual das versões da realidade encontra correspondência nas provas..... | 408 |

| | | |
|----------|---|-----|
| 7.2. | Direito à prova..... | 410 |
| 7.3. | Ação para a produção de provas e produção antecipada de provas | 411 |
| 7.3.1. | Direito autônomo à prova | 411 |
| 7.3.2. | Ação probatória autônoma e antecipação incidental de produção de prova no curso do processo | 412 |
| 7.3.3. | Amplitude da realização da prova, na ação probatória. Limites da cognição judicial | 413 |
| 7.3.4. | Competência para a ação probatória | 414 |
| 7.4. | Realização da prova | 415 |
| 7.4.1. | Proposição, admissão, produção e valoração das provas. Provas pré-constituídas e constituendas | 415 |
| 7.4.2. | Direito das partes à prova e poderes instrutórios do juiz | 415 |
| 7.4.3. | Provas inadmissíveis ou inúteis | 417 |
| 7.4.3.1. | Provas obtidas por meios ilícitos..... | 417 |
| 7.4.3.2. | Provas desnecessárias..... | 418 |
| 7.4.4. | Realização das provas pré-constituídas e das provas constituendas..... | 418 |
| 7.4.5. | Dever de cooperação | 419 |
| 7.4.5.1. | Abrangência | 419 |
| 7.4.5.2. | Direito da parte de não produzir prova contra si própria..... | 420 |
| 7.4.5.3. | Condução coercitiva para coleta de material genético..... | 420 |
| 7.5. | Objeto da prova..... | 421 |
| 7.5.1. | Fatos jurídicos e fatos simples..... | 421 |
| 7.5.2. | Fatos que não dependem de prova | 421 |
| 7.5.3. | Distinção entre fato admitido e fato confessado..... | 422 |
| 7.5.4. | Fato notório. Precisações conceituais. Informações disponíveis na internet | 423 |
| 7.5.5. | Fato presumido | 424 |
| 7.5.6. | Presunção de prejuízo em ilícito relativo à imagem e à moral | 424 |
| 7.5.7. | Prova de teor e vigência de direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário..... | 425 |
| 7.6. | Ônus da prova | 425 |
| 7.6.1. | Ônus “objetivo” e “subjetivo”, ou como “regra de julgamento” ou “de conduta”. Repartição do ônus da prova.... | 425 |
| 7.6.2. | Presunções e inversão do ônus da prova..... | 426 |

| | | |
|----------|--|-----|
| 7.6.3. | Distribuição dinâmica do ônus da prova. Teoria das cargas probatórias dinâmicas | 427 |
| 7.6.4. | Prova de fato negativo..... | 430 |
| 7.6.5. | Teoria da verossimilhança preponderante (redução do módulo de prova) e ônus da prova | 430 |
| 7.7. | Valoração da prova | 432 |
| 7.7.1. | Prova e fundamentação racional..... | 432 |
| 7.7.2. | Do sistema da prova legal ao da íntima convicção. “Livre convencimento” motivado..... | 432 |
| 7.7.3. | Hierarquia entre provas. Formalidades <i>ad probationem</i> e <i>ad solemnitatem</i> | 433 |
| 7.7.4. | “Aquisição” (ou “comunhão”) da prova | 434 |
| 7.7.5. | Regras de experiência | 434 |
| 7.7.6. | Apreciação da prova e “convencimento” do juiz. Funções retórica e epistêmica da prova..... | 435 |
| 7.7.7. | Desvios cognitivos | 436 |
| 7.7.8. | Amplitude e profundidade da valoração da prova | 437 |
| 7.7.9. | Modelos de constatação (<i>standards</i> de prova) | 437 |
| 7.8. | Tipicidade e atipicidade dos meios de prova..... | 438 |
| 7.8.1. | Meios de prova e procedimento destinado à sua produção... .. | 438 |
| 7.8.2. | Prova estatística..... | 439 |
| 7.8.3. | Prova por amostragem | 439 |
| 7.8.4. | Prova emprestada..... | 440 |
| 7.9. | Provas típicas..... | 441 |
| 7.9.1. | Considerações gerais | 441 |
| 7.9.2. | Ata notarial | 441 |
| 7.9.3. | Depoimento pessoal | 442 |
| 7.9.4. | Confissão | 444 |
| 7.9.4.1. | Natureza e figuras afins | 444 |
| 7.9.4.2. | Confissão espontânea (judicial ou extrajudicial) ou provocada. Pena de confesso | 444 |
| 7.9.4.3. | Limites e efeitos da confissão..... | 445 |
| 7.9.4.4. | Indivisibilidade da confissão | 446 |
| 7.9.4.5. | Revogação e anulação da confissão..... | 447 |
| 7.9.5. | Exibição de documento ou coisa | 447 |
| 7.9.6. | Prova documental..... | 450 |
| 7.9.6.1. | Conceito de documento..... | 450 |

| | | |
|-----------|--|-----|
| 7.9.6.2. | Documento físico e eletrônico | 451 |
| 7.9.6.3. | Documentos particulares (ou privados) e públicos. Fé pública | 452 |
| 7.9.6.4. | Documento <i>ad probationem</i> e <i>ad solemnitatem</i> ... | 453 |
| 7.9.6.5. | Autenticidade do documento | 453 |
| 7.9.6.6. | Valor probante do documento (público ou particular) e das declarações nele constantes. Declarações dispositivas e enunciativas (diretas e indiretas) | 454 |
| 7.9.6.7. | Originais, reproduções e cópias | 455 |
| 7.9.6.8. | Cartas e registros domésticos. Livros empresariais. Dever de exibição | 456 |
| 7.9.6.9. | Realização da prova documental e repartições públicas. Ordem judicial. Sigilo | 457 |
| 7.9.6.10. | Realização da prova documental pelas partes e contraditório | 458 |
| 7.9.6.11. | Arguição de falsidade | 459 |
| 7.9.6.12. | Cessação da fé de documento | 460 |
| 7.9.7. | Prova testemunhal | 461 |
| 7.9.7.1. | Testemunha e memória | 461 |
| 7.9.7.2. | Admissibilidade da prova testemunhal | 461 |
| 7.9.7.3. | Produção da prova testemunhal | 463 |
| 7.9.7.4. | Oitiva da testemunha. Cuidados. Perguntas inadmissíveis. Falsas memórias. Valoração do depoimento testemunhal | 466 |
| 7.9.8. | Prova pericial | 468 |
| 7.9.8.1. | Prova científica ou técnica | 468 |
| 7.9.8.2. | Prova pericial. Exame, vistoria e avaliação | 469 |
| 7.9.8.3. | Admissibilidade da prova pericial | 469 |
| 7.9.8.4. | Prova técnica simplificada | 470 |
| 7.9.8.5. | Perito. Indicação do perito pelas partes (“perícia consensual”) | 471 |
| 7.9.8.6. | Quesitos | 474 |
| 7.9.8.7. | Realização da perícia e apresentação do laudo | 474 |
| 7.9.8.8. | Valoração da perícia realizada | 476 |
| 7.9.9. | Inspeção Judicial | 477 |
| 8. | Sentença | 478 |
| 8.1. | Advertência. Conceito de sentença e âmbito de incidência dos arts. 485 e 487 do CPC | 478 |

| | | |
|----------|--|-----|
| 8.2. | Sentenças terminativas (ou processuais) e definitivas (ou de mérito)... | 479 |
| 8.2.1. | Variações..... | 479 |
| 8.2.2. | Decisão terminativa..... | 479 |
| 8.2.2.1. | Sentença e decisão interlocutória terminativa..... | 479 |
| 8.2.2.2. | Função dos requisitos processuais | 480 |
| 8.2.2.3. | Abordagem funcional dos requisitos processuais. Requisitos dispensáveis e indispensáveis | 481 |
| 8.2.2.4. | Dogma da prioridade do exame dos requisitos processuais. Preponderância do exame do mérito..... | 482 |
| 8.2.2.5. | Ausência de requisitos processuais e prolação de decisão terminativa. As hipóteses previstas no art. 485 do CPC..... | 483 |
| 8.2.2.6. | Recurso contra decisão terminativa e juízo de retratação..... | 485 |
| 8.2.2.7. | Decisão terminativa e impedimento à repropositura da ação | 485 |
| 8.2.2.8. | Proibição ao novo exercício do direito de demandar como sanção pelo abandono da causa..... | 486 |
| 8.2.3. | Decisão definitiva | 486 |
| 8.2.3.1. | Sentença ou decisão interlocutória sobre o mérito..... | 486 |
| 8.2.3.2. | Decisão sobre o objeto litigioso..... | 487 |
| 8.2.3.3. | Decisão de mérito homologatória..... | 487 |
| 8.2.3.4. | Decisão sobre a decadência ou a prescrição..... | 487 |
| 8.3. | Elementos e efeitos da sentença..... | 488 |
| 8.3.1. | Elementos essenciais de sentença e de outras decisões judiciais, definitivas (de mérito) ou terminativas (processuais)..... | 488 |
| 8.3.2. | Relatório, fundamentos e dispositivo | 488 |
| 8.3.3. | Consequência da ausência de elementos essenciais..... | 489 |
| 8.3.4. | “Questão de fato e de direito” e “questão principal” | 490 |
| 8.3.5. | Questões prévias (preliminares e prejudiciais) e subordinadas (ou dependentes) | 491 |
| 8.3.6. | Decisão certa e relação jurídica condicional..... | 491 |
| 8.3.7. | Correlação entre pedido (e causa de pedir) e julgamento. Decisões <i>infra</i> (ou <i>citra</i>), <i>ultra</i> ou <i>extra petita</i> | 492 |

| | | |
|--------|---|-----|
| 8.3.8. | Fato ou direito superveniente e fato de conhecimento superveniente | 492 |
| 8.4. | Julgamento de ações relativas a obrigação de pagar quantia em dinheiro..... | 493 |
| 8.4.1. | Pedido genérico e condenação líquida | 493 |
| 8.4.2. | Fracionamento da decisão sobre o mérito..... | 493 |
| 8.4.3. | Hipoteca judiciária | 494 |
| 8.5. | Julgamento de ações relativas a prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa..... | 495 |
| 8.5.1. | Tutelas típica e atípica de deveres de fazer e de não fazer | 495 |
| 8.5.2. | Dever de entregar coisa. Tutelas típica e atípica | 495 |
| 8.5.3. | Tutela específica e resultado prático equivalente..... | 496 |
| 8.5.4. | Variações das tutelas preventiva e repressiva: tutelas inibitória, ressarcitória, pelo equivalente, em forma específica (tutela reintegratória e de reparação em forma específica). Perdas e danos e multa..... | 497 |
| 8.5.5. | Tutela contra o ilícito e desnecessidade de demonstração da ocorrência de dano ou da existência de culpa ou dolo | 499 |
| 8.5.6. | Sentença proferida na ação que tem por objeto emissão de declaração de vontade..... | 499 |
| 8.6. | Correção da sentença pelo próprio juiz, após sua prolação..... | 500 |
| 8.7. | Interpretação da decisão judicial | 501 |
| 8.8. | Remessa necessária..... | 501 |
| 9. | Coisa julgada | 502 |
| 9.1. | Fundamentos e conceito | 502 |
| 9.2. | Funções positiva e negativa..... | 503 |
| 9.3. | Coisa julgada e preclusão. Questões já decididas e preclusão “ <i>pro judicato</i> ”. Relação jurídica de trato continuado | 504 |
| 9.4. | Limites objetivos da coisa julgada | 506 |
| 9.5. | Limites subjetivos da coisa julgada | 507 |
| 10. | “Fases” de liquidação e de cumprimento de sentença | 508 |

CAPÍTULO III – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA E VOLUNTÁRIA

| | | |
|--------|--|-----|
| 1. | Aspectos gerais | 509 |
| 2. | Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa..... | 510 |
| 2.1. | Ação de consignação em pagamento | 510 |
| 2.1.1. | Consignação extrajudicial e judicial em pagamento..... | 510 |

| | | |
|--------|---|-----|
| 2.1.2. | Demanda de consignação judicial..... | 511 |
| 2.1.3. | Defesa do réu. Extensão e profundidade da cognição judicial..... | 512 |
| 2.1.4. | Julgamento..... | 513 |
| 2.2. | Ação de exigir contas..... | 513 |
| 2.2.1. | Direito de exigir contas..... | 513 |
| 2.2.2. | Apresentação da demanda..... | 514 |
| 2.2.3. | Resposta do réu e desdobramentos..... | 514 |
| 2.2.4. | Natureza da sentença..... | 515 |
| 2.3. | Ações possessórias..... | 515 |
| 2.3.1. | Tutela processual da posse..... | 515 |
| 2.3.2. | Ameaça e tutela preventiva da posse. Interdito proibitório... | 516 |
| 2.3.3. | Lesão à posse. Turbação e esbulho, manutenção e reintegração..... | 516 |
| 2.3.4. | Proteção integral e dinâmica à posse. Fungibilidade..... | 517 |
| 2.3.5. | Demanda possessória. Natureza executiva..... | 517 |
| 2.3.6. | Juízos possessório e petitório..... | 518 |
| 2.3.7. | Ação possessória contra grande número de pessoas, conhecidas ou não. Multidão de citandos. Intimação do Ministério Público e da Defensoria Pública..... | 519 |
| 2.3.8. | Tutelas de urgência e de evidência da posse..... | 520 |
| 2.3.9. | Liminar. Prova da posse. Justificação. Mediação, em litígio coletivo pela posse de imóvel..... | 520 |
| 2.4. | Ações de divisão e de demarcação de terras particulares..... | 522 |
| 2.4.1. | Ações divisórias. Demarcação e divisão..... | 522 |
| 2.4.2. | Princípio da especialidade e georreferenciamento..... | 523 |
| 2.4.3. | Demarcação e divisão extrajudiciais, consensuais ou por procedimento administrativo..... | 524 |
| 2.4.4. | Demarcação..... | 525 |
| 2.4.5. | Divisão..... | 527 |
| 2.5. | Ação de dissolução parcial de sociedade..... | 528 |
| 2.5.1. | Precisões terminológicas. Natureza da ação..... | 528 |
| 2.5.2. | Propositura da demanda. Requisitos. Cumulação de ações... | 529 |
| 2.5.3. | Citação e resposta..... | 530 |
| 2.5.4. | Liquidação da quota e apuração de haveres sociais..... | 531 |
| 2.6. | Inventário e partilha..... | 533 |
| 2.6.1. | Finalidade e natureza do inventário..... | 533 |
| 2.6.2. | Inventário extrajudicial..... | 534 |

| | | |
|---------|---|-----|
| 2.6.3. | Requerimento de inventário | 535 |
| 2.6.4. | Administrador provisório e inventariante | 535 |
| 2.6.5. | Primeiras declarações | 537 |
| 2.6.6. | Citações e impugnações | 538 |
| 2.6.7. | Colaões | 539 |
| 2.6.8. | Avaliação e cálculo do imposto. Últimas declarações | 539 |
| 2.6.9. | Pagamento das dívidas | 540 |
| 2.6.10. | Partilha | 541 |
| 2.6.11. | Desfazimento da partilha. Anulação e rescisão | 542 |
| 2.6.12. | Sobrepilha | 543 |
| 2.6.13. | Arrolamento sumário. Alvará judicial | 543 |
| 2.7. | Embargos de terceiro | 544 |
| 2.7.1. | Finalidade. “Terceiro” | 544 |
| 2.7.2. | Prazo para a oposição dos embargos de terceiro | 545 |
| 2.7.3. | Apresentação da demanda | 546 |
| 2.7.4. | Liminar | 546 |
| 2.7.5. | Citação e resposta | 547 |
| 2.7.6. | Julgamento dos embargos de terceiro | 548 |
| 2.8. | Oposição | 548 |
| 2.8.1. | Natureza | 548 |
| 2.8.2. | Aspectos procedimentais | 549 |
| 2.9. | Habilitação | 549 |
| 2.10. | Ações de família | 551 |
| 2.10.1. | Disposições a serem observadas em ações de família | 551 |
| 2.10.2. | Primazia da solução consensual da controvérsia | 551 |
| 2.10.3. | Intervenção do Ministério Público | 552 |
| 2.10.4. | Abuso ou alienação parental e depoimento de incapaz. Depoimento especial | 553 |
| 2.11. | Ação monitória | 554 |
| 2.11.1. | Técnica monitória | 554 |
| 2.11.2. | Elementos da petição inicial | 554 |
| 2.11.3. | Decisão que admite a pretensão monitória | 555 |
| 2.11.4. | Cumprimento do mandado pelo réu | 556 |
| 2.11.5. | Não cumprimento do mandado e não apresentação de defesa | 556 |
| 2.11.6. | Apresentação de embargos à ação monitória pelo réu | 557 |
| 2.12. | Homologação de penhor legal | 558 |

| | |
|---|-----|
| 2.13. Regulação de avaria grossa..... | 559 |
| 2.14. Restauração de autos | 560 |
| 3. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária..... | 561 |
| 3.1. Perfis gerais..... | 561 |
| 3.1.1. Natureza | 561 |
| 3.1.2. Regras processuais comuns..... | 562 |
| 3.2. Notificação e interpelação | 564 |
| 3.3. Alienação judicial | 564 |
| 3.4. Divórcio e separação consensuais, extinção consensual da união estável e alteração do regime de bens no matrimônio..... | 565 |
| 3.4.1. Dissolução consensual da sociedade e do vínculo conjugal e extinção consensual de união estável | 565 |
| 3.4.2. Alteração do regime de bens do casamento | 566 |
| 3.5. Testamentos e codicilos..... | 566 |
| 3.6. Herança jacente..... | 567 |
| 3.7. Bens de ausentes..... | 568 |
| 3.8. Coisas vagas | 568 |
| 3.9. Interdição..... | 569 |
| 3.10. Tutela e curatela..... | 573 |
| 3.11. Organização e fiscalização das fundações..... | 574 |
| 3.12. Ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis a bordo | 574 |

CAPÍTULO IV – TUTELA PROVISÓRIA. TUTELAS CAUTELAR E ANTECIPADA, DE URGÊNCIA E DA EVIDÊNCIA

| | |
|--|-----|
| 1. Perfil da Tutela Provisória no CPC/2015..... | 577 |
| 1.1. Situações que exigem atuação jurisdicional mais rápida, ainda que fundada em cognição sumária, à luz da Constituição..... | 577 |
| 1.2. Tutelas “provisórias”. Tutelas de urgência e de evidência..... | 578 |
| 1.3. Tutelas antecedente (<i>ante causam</i>) ou incidental | 579 |
| 1.4. Tutelas satisfativa, interinal e autônoma..... | 579 |
| 2. Decisão sobre a tutela provisória | 580 |
| 2.1. Fundamentação | 580 |
| 2.2. “Poder geral” de cautela ou de antecipação de tutela. Amplitude no CPC/2015 | 581 |
| 2.3. Formas típicas de tutelas de urgência e de evidência e conflitos sociais e econômicos não contemplados pelo legislador | 581 |

| | | |
|--------|--|-----|
| 2.4. | Particularmente o poder geral de cautela e sua evolução | 582 |
| 2.4.1. | Concepção tradicional (e restrita) de “poder geral” de cautela..... | 582 |
| 2.4.2. | Medidas cautelares típicas ou nominadas em face do “poder geral” de cautela..... | 583 |
| 2.4.3. | “Medida idônea para assecuração do direito”. O rol exemplificativo de medidas apresentado pelo art. 301 do CPC. Substituição por caução..... | 585 |
| 2.4.4. | Fungibilidade entre medidas cautelares. <i>Da mihi factum, dabo tibi ius</i> | 587 |
| 2.4.5. | “Poder geral” de cautela e concessão de medidas assecuratórias <i>ex officio</i> | 587 |
| 2.5. | Requisito negativo para a tutela antecipada: irreversibilidade dos efeitos | 587 |
| 2.5.1. | Irreversibilidade dos efeitos e vedação à concessão de liminar de urgência de natureza antecipatória. <i>Periculum in mora</i> “inverso” | 587 |
| 2.5.2. | Comparação entre bens jurídicos. Irreversibilidade dos efeitos antecipados <i>versus</i> irreversibilidade dos efeitos decorrentes da não antecipação..... | 588 |
| 2.5.3. | Irreversibilidade e tutelas satisfativas autônomas..... | 589 |
| 2.6. | Antecipação dos efeitos da tutela em ações de conhecimento declaratórias e constitutivas..... | 590 |
| 3. | Competência e tutela provisória..... | 590 |
| 3.1. | Aspectos gerais..... | 590 |
| 3.2. | Resiliência da regra prevista no art. 299 do CPC e tutela requerida em caráter antecedente..... | 591 |
| 3.3. | Tutela requerida em caráter antecedente e prevenção | 592 |
| 3.4. | Tutela requerida nos tribunais..... | 592 |
| 3.5. | Juízo arbitral e tutelas de evidência e de urgência..... | 593 |
| 4. | Efetivação da decisão que concede tutela provisória. Atipicidade dos meios de realização das tutelas de urgência e de evidência | 594 |
| 5. | Tutela de urgência | 595 |
| 5.1. | Tutelas antecipada e cautelar: aproximações, distinções e “fungibilidade” | 595 |
| 5.2. | Provisoriidade da tutela de urgência ou de evidência. Distinção entre provisoriidade (da tutela satisfativa) e temporariedade (da tutela cautelar)..... | 597 |
| 5.3. | <i>Periculum</i> | 598 |
| 5.3.1. | Perigo de dano e perigo de demora | 598 |

| | | |
|--------|--|-----|
| 5.3.2. | Probabilidade do direito. Urgência e sumariedade da cognição. <i>Fumus boni iuris</i> | 599 |
| 5.3.3. | Sumariedade da cognição sobre o <i>periculum</i> . Sentido de “urgência” | 599 |
| 5.3.4. | Qualidade da cognição sobre <i>fumus</i> e <i>periculum</i> , tutela antecipada e cautelar | 599 |
| 5.3.5. | Importância do bem jurídico tutelado: entre <i>fumus</i> e <i>periculum</i> | 600 |
| 5.3.6. | Interação entre <i>fumus boni iuris</i> e <i>periculum</i> | 600 |
| 5.4. | Prestação de caução (contracautela) | 601 |
| 5.5. | Liminar inaudita altera parte e contraditório diferido. Indeferimento da liminar e concessão posterior, no curso do processo | 602 |
| 5.6. | Audiência de justificação prévia..... | 603 |
| 5.7. | Responsabilidade objetiva do demandante..... | 603 |
| 6. | Tutela antecipada requerida em caráter antecedente | 603 |
| 6.1. | Tutela antecipada contemporânea à propositura da ação..... | 603 |
| 6.1.1. | Tutela <i>ante causam</i> ? | 603 |
| 6.1.2. | Concessão da liminar e aditamento da petição inicial. “Confirmação” do pedido. Correção do valor da causa e custas | 604 |
| 6.1.3. | Concessão da liminar e não aditamento da petição inicial. Extinção do processo com perda da eficácia da liminar <i>versus</i> extinção do processo com estabilização da liminar concedida..... | 605 |
| 6.1.4. | Indeferimento da liminar e “emenda” da petição inicial. Possibilidade de aditamento | 605 |
| 6.1.5. | Pedido de natureza cautelar realizado sob a denominação de tutela antecipada. “Fungibilidade” e adequação procedimental | 606 |
| 6.2. | “Estabilização” da tutela concedida em caráter antecedente | 606 |
| 6.2.1. | Das “cautelares satisfativas” às tutelas satisfativas autônomas | 606 |
| 6.2.2. | Satisfatividade, tutelas de urgência e de evidência. Abrangência do regime previsto no art. 304 do CPC | 607 |
| 6.2.3. | Ausência de instrumentalidade (ou instrumentalidade atenuada) da tutela satisfativa autônoma | 608 |
| 6.2.4. | Ultratividade da tutela satisfativa autônoma e desnecessidade de apresentação de pedido principal | 608 |
| 6.2.5. | Provisoriedade e estabilidade dos efeitos da decisão. Inexistência de coisa julgada..... | 609 |

| | | |
|--------|--|-----|
| 6.2.6. | Inexistência de ônus de apresentação de pedido principal ou de ajuizamento de ação voltada à obtenção de pronunciamento judicial fundado em cognição exauriente. Iniciativa que pode ser tomada por qualquer das partes..... | 610 |
| 7. | Tutela cautelar requerida em caráter antecedente | 611 |
| 7.1. | Pedido de tutela cautelar em caráter antecedente. Petição inicial com pedido de tutela cautelar e posterior aditamento, com acréscimo do pedido principal | 611 |
| 7.2. | “Fungibilidade” entre tutela cautelar e tutela antecipada. Adequação procedimental do requerimento de tutela de urgência..... | 612 |
| 7.3. | Citação, resposta do réu e revelia | 612 |
| 7.4. | Cautelar <i>ante causam</i> e apresentação do pedido principal. Cumulação sucessiva de pedidos. Aditamento do pedido e causa de pedir cautelar..... | 613 |
| 7.5. | Termo inicial do prazo para apresentação do pedido principal..... | 613 |
| 7.6. | Intimação do pedido principal e prazo para apresentação de resposta. Variações, em se tratando de procedimentos distintos do comum | 614 |
| 7.7. | Cessação da eficácia da tutela cautelar concedida em caráter antecedente..... | 614 |
| 7.8. | Sentença cautelar e coisa julgada..... | 615 |
| 8. | Tutela da evidência..... | 616 |
| 8.1. | Amplitude da tutela de evidência no CPC/2015..... | 616 |
| 8.2. | Presença de urgência e tutela da evidência..... | 617 |
| 8.3. | Abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório da parte..... | 617 |
| 8.4. | Tese jurídica pacificada na jurisprudência sobre fatos comprovados documentalmente..... | 618 |
| 8.5. | Pedido reipersecut rio fundado em prova documental do contrato de depósito..... | 619 |
| 8.6. | Não oposição de prova, pelo réu, capaz de gerar d vida razoável a respeito de fatos constitutivos comprovados documentalmente pelo autor | 619 |
| 8.7. | Evidência, tutela antecedente e estabilização. Tutela satisfativa autônoma | 620 |

CAPÍTULO V – LIQUIDAÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

| | |
|---|-----|
| Considerações gerais | 621 |
| 1. Liquidação de sentença..... | 622 |
| 1.1. Excepcionalidade da apuração da extensão da obrigação em demanda autônoma..... | 622 |

| | | |
|----------|--|-----|
| 1.2. | Autonomia da liquidação..... | 622 |
| 1.3. | Liquidação: objeto e natureza | 623 |
| 1.4. | Limites da cognição na liquidação | 624 |
| 1.5. | Resultado da liquidação igual a zero..... | 624 |
| 1.6. | Liquidação por arbitramento ou por procedimento comum..... | 625 |
| 1.6.1. | Variação e cumulação das formas de liquidação | 625 |
| 1.6.2. | Liquidação por arbitramento..... | 625 |
| 1.6.3. | Liquidação pelo procedimento comum | 626 |
| 1.7. | Liquidação de decisão provisória..... | 627 |
| 1.8. | Liquidação de sentença coletiva..... | 627 |
| 1.8.1. | Definição de outros elementos da obrigação, em relação ao titular do direito individual..... | 627 |
| 1.8.2. | Reparação fluida e o fundo de defesa dos direitos coletivos ... | 628 |
| 2. | Cumprimento e execução de sentença..... | 629 |
| 2.1. | Aspectos comuns | 629 |
| 2.1.1. | Cumprimento ou execução de decisão judicial?..... | 629 |
| 2.1.2. | Cumprimento “definitivo” ou “provisório”. Cumprimento de decisão definitiva e cumprimento de decisão provisória... | 630 |
| 2.1.3. | Distinção entre cumprimento de decisão condenatória e de decisão executiva..... | 630 |
| 2.1.4. | Intimação para cumprimento da sentença na pessoa do advogado do devedor, como regra | 631 |
| 2.1.5. | Âmbito de aplicação das regras relativas ao cumprimento de sentença..... | 632 |
| 2.1.6. | Títulos executivos judiciais | 633 |
| 2.1.6.1. | Heterogeneidade do rol de títulos executivos judiciais..... | 633 |
| 2.1.6.2. | Decisão condenatória..... | 633 |
| 2.1.6.3. | Decisão declaratória como título executivo | 634 |
| 2.1.6.4. | Condenação e obrigação sujeita a condição ou termo. Condenação para o futuro | 635 |
| 2.1.6.5. | Crédito de auxiliar da justiça aprovado por decisão judicial..... | 635 |
| 2.1.6.6. | Decisão homologatória de autocomposição..... | 636 |
| 2.1.6.7. | Sentença penal condenatória..... | 637 |
| 2.1.6.8. | Decisão arbitral | 638 |
| 2.1.6.9. | Decisão estrangeira..... | 638 |
| 2.1.7. | Competência | 638 |

| | | |
|----------|--|-----|
| 2.2. | Cumprimento de sentença definitiva que reconhece exigibilidade de obrigação de pagar quantia em dinheiro | 639 |
| 2.2.1. | Demanda executiva | 639 |
| 2.2.1.1. | Iniciativa do exequente | 639 |
| 2.2.1.2. | Legitimidade para se demandar a execução de sentença | 640 |
| 2.2.1.3. | Elementos formais e substanciais da petição de requerimento de cumprimento..... | 640 |
| 2.2.2. | Juízo de admissibilidade. Verificação dos cálculos. Interrupção da prescrição | 643 |
| 2.2.3. | Intimação do executado. Prazo para pagamento..... | 644 |
| 2.2.4. | Pagamento parcial..... | 644 |
| 2.2.5. | Medidas coercitivas admissíveis, no cumprimento de sentença..... | 645 |
| 2.2.5.1. | Multa | 645 |
| 2.2.5.2. | Protesto de decisão judicial transitada em julgado | 646 |
| 2.2.5.3. | Inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes..... | 646 |
| 2.2.5.4. | Outras medidas executivas. Incidência da regra prevista no art. 139, IV do CPC..... | 647 |
| 2.2.6. | Honorários no cumprimento de decisão que condena ao pagamento de quantia | 647 |
| 2.2.7. | Formas de oposição do executado no cumprimento de sentença..... | 647 |
| 2.2.7.1. | Impugnação ao cumprimento de sentença e arguição de matéria de defesa por simples petição (exceção de pré-executividade) | 647 |
| 2.2.7.2. | Arguição de questões relativas à validade do cumprimento de sentença e dos atos executivos pelo executado nos próprios autos. Exceção de pré-executividade | 648 |
| 2.2.7.3. | Matérias a serem arguidas na impugnação ao cumprimento de sentença. Defesa e ação através da impugnação ao cumprimento de sentença | 649 |
| 2.2.7.4. | Impugnação à execução individual de sentença coletiva. Matérias a serem arguidas..... | 650 |
| 2.2.7.5. | Excesso de execução. Impugnação e pagamento voluntário parciais..... | 650 |

| | | |
|-----------|--|-----|
| 2.2.7.6. | “Inexigibilidade” de obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em norma considerada inconstitucional pelo STF | 651 |
| 2.2.7.7. | Prazo para a oposição da impugnação..... | 653 |
| 2.2.7.8. | Efeito suspensivo <i>ope judicis</i> da impugnação ao cumprimento de sentença..... | 653 |
| 2.2.7.9. | Processamento e julgamento da impugnação ao cumprimento de sentença..... | 654 |
| 2.2.7.10. | Coisa julgada da decisão que julga a impugnação | 655 |
| 2.2.7.11. | Impugnação ao cumprimento de sentença e honorários advocatícios..... | 655 |
| 2.2.8. | Pagamento realizado pelo réu antes de intimado para o cumprimento da sentença. “Execução invertida” | 656 |
| 2.3. | Cumprimento de sentença provisória que reconhece exigibilidade de obrigação de pagar quantia em dinheiro | 656 |
| 2.3.1. | Cumprimento provisório de sentença (ou execução de sentença provisória)..... | 656 |
| 2.3.2. | Requerimento de execução da sentença provisória | 657 |
| 2.3.3. | Prestação de caução | 657 |
| 2.3.4. | Cabimento da multa prevista no art. 523 do CPC e de honorários advocatícios | 658 |
| 2.3.5. | Responsabilidade do exequente | 658 |
| 2.3.6. | Modificação (reforma ou anulação) total ou parcial da decisão exequenda. Restituição das partes ao estado anterior | 658 |
| 2.4. | Cumprimento da sentença que reconhece o dever de prestar alimentos | 659 |
| 2.4.1. | Abrangência e medidas executivas cabíveis | 659 |
| 2.4.2. | Juízo competente..... | 660 |
| 2.4.3. | Intimação pessoal do executado..... | 660 |
| 2.4.4. | Atitudes possíveis do executado | 661 |
| 2.4.5. | Prisão civil como medida coercitiva | 662 |
| 2.4.6. | Desconto em folha de pagamento e outros rendimentos do executado | 664 |
| 2.4.7. | Cumprimento da decisão que condena a pagar alimentos por expropriação..... | 664 |
| 2.4.8. | Constituição de capital | 664 |
| 2.4.8.1. | Natureza e finalidade da constituição de capital... | 664 |
| 2.4.8.2. | Aspectos procedimentais..... | 665 |

| | | |
|---------|---|-----|
| 2.5. | Cumprimento de sentença que reconhece obrigação de pagar quantia pela Fazenda Pública | 666 |
| 2.6. | Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de fazer, não fazer e entregar coisa | 667 |
| 2.6.1. | Atuação executiva dos deveres de fazer e de não fazer. Opções do demandante..... | 667 |
| 2.6.2. | Deveres abrangidos pela regra..... | 668 |
| 2.6.3. | Medidas executivas admissíveis | 669 |
| 2.6.4. | A prisão civil como medida coercitiva..... | 670 |
| 2.6.5. | Ordem judicial e crime de desobediência | 670 |
| 2.6.6. | Execução direta (ou por sub-rogação) e resultado prático equivalente..... | 671 |
| 2.6.7. | Intervenção judicial em empresa..... | 672 |
| 2.6.8. | Multa | 673 |
| 2.6.9. | Intimação | 675 |
| 2.6.10. | Dever de entregar coisa | 675 |

CAPÍTULO VI – PROCESSO DE EXECUÇÃO

| | | |
|--------|---|-----|
| 1. | Perfis gerais..... | 677 |
| 1.1. | Conceito de execução | 677 |
| 1.2. | Jurisdição e execução..... | 677 |
| 1.3. | Ações de conhecimento e ações de execução | 679 |
| 1.4. | Princípios da execução | 681 |
| 1.4.1. | Princípios de organização técnica | 681 |
| 1.4.2. | Princípios da autonomia e do sincretismo entre cognição e execução..... | 681 |
| 1.4.3. | Princípios da <i>nulla executio sine titulo</i> e da execução sem título permitida | 683 |
| 1.4.4. | Princípios da tipicidade e da atipicidade das medidas executivas..... | 686 |
| 1.5. | Espécies de ações executivas..... | 690 |
| 1.5.1. | Execução fundada em título extrajudicial e outras modalidades de ação executiva..... | 690 |
| 1.5.2. | Opções do demandante..... | 692 |
| 1.6. | Espécies de meios executivos. Execução direta (por sub-rogação) e indireta (por coerção)..... | 693 |
| 1.7. | Correlação entre a medida executiva (direta ou indireta) e o direito tutelado | 695 |

| | | |
|-------------|---|-----|
| 1.8. | Direção formal e material do processo de execução | 698 |
| 1.8.1. | Aspectos gerais sobre os poderes do juiz na direção do processo executivo | 698 |
| 1.8.2. | Cognição judicial na execução | 698 |
| 1.8.3. | Proporcionalidade. Menor onerosidade da medida executiva e máxima efetividade da execução | 699 |
| 1.8.4. | Órgão judicial e auxiliares da justiça | 700 |
| 1.9. | Dever de cooperação | 700 |
| 1.10. | Responsabilidade executiva..... | 702 |
| 1.10.1. | Fundamentos..... | 702 |
| 1.10.2. | Responsabilidade pessoal..... | 702 |
| 1.10.3. | Responsabilidade patrimonial..... | 703 |
| 1.10.3.1. | Conceito..... | 703 |
| 1.10.3.2. | Responsabilidade patrimonial no plano objetivo | 703 |
| 1.10.3.3. | Responsabilidade patrimonial no plano subjetivo..... | 704 |
| 1.10.3.3.1. | Responsabilidade primária e secundária..... | 704 |
| 1.10.3.3.2. | Responsabilidade do fiador..... | 705 |
| 1.10.3.3.3. | Responsabilidade do sócio | 705 |
| 1.10.3.3.4. | Responsabilidade do espólio e dos herdeiros | 706 |
| 1.10.4. | Fraude à execução | 706 |
| 1.10.4.1. | Alienação ou oneração do bem no curso da ação. Ineficácia em relação ao exequente | 706 |
| 1.10.4.2. | Bens sujeitos a registro público | 707 |
| 1.10.4.3. | Ausência de averbação | 708 |
| 1.10.4.4. | Bens não sujeitos a registro público | 710 |
| 1.11. | Execução singular e universal..... | 710 |
| 1.11.1. | Execução universal (ou geral)..... | 710 |
| 1.11.2. | Insolvência civil e falência..... | 711 |
| 1.11.3. | Recuperação judicial de empresa | 711 |
| 1.12. | Fases do processo de execução. Características comuns | 712 |
| 2. | Propositura da demanda fundada em título extrajudicial..... | 714 |
| 2.1. | Aspectos gerais..... | 714 |
| 2.2. | Petição inicial | 715 |
| 2.2.1. | Petição inicial na execução..... | 715 |

| | | |
|------------|--|-----|
| 2.2.2. | Definição do juízo competente..... | 715 |
| 2.2.3. | Partes | 716 |
| 2.2.3.1. | Aspectos gerais..... | 716 |
| 2.2.3.2. | Legitimidade para promover a execução | 717 |
| 2.2.3.2.1. | Regra geral | 717 |
| 2.2.3.2.2. | Legitimidade derivada (ou superveniente)..... | 717 |
| 2.2.3.2.3. | Legitimidade do Ministério Público..... | 718 |
| 2.2.3.3. | Legitimidade passiva para a execução | 718 |
| 2.2.3.3.1. | Devedores e responsáveis como executados. Responsável como parte..... | 718 |
| 2.2.3.3.2. | Redirecionamento da execução fiscal contra os sócios da pessoa jurídica executada | 719 |
| 2.2.4. | Título executivo..... | 720 |
| 2.2.4.1. | Execução fundada em título executivo extrajudicial e <i>nulla executio sine titulo</i> . Limites da cognição judicial..... | 720 |
| 2.2.4.2. | Instrução da petição inicial com o título executivo | 722 |
| 2.2.4.3. | Configuração do título executivo. Taxatividade. Tipicidade. Limite à incidência do art. 190 do CPC | 722 |
| 2.2.4.4. | Vícios que impedem a formação total ou parcial do título. Correção ou emenda do ato | 724 |
| 2.2.4.5. | Forma eletrônica dos títulos de crédito e configuração do título executivo. Assinatura eletrônica | 725 |
| 2.2.4.6. | Conformação do ato à lei, para que seja considerado título executivo | 726 |
| 2.2.4.7. | Elementos do direito veiculado no título executivo. Obrigação certa, líquida e exigível..... | 728 |
| 2.2.4.8. | Demonstrativo de débito atualizado..... | 731 |
| 2.2.4.9. | Demonstração de ocorrência de condição ou termo..... | 731 |
| 2.2.4.10. | Pedido de tutela executiva..... | 732 |
| 2.2.4.11. | Indicação de bens à penhora pelo exequente..... | 732 |
| 2.2.4.12. | Requerimento de intimações..... | 733 |

| | | |
|-----------|---|-----|
| 2.2.4.13. | Medidas urgentes..... | 733 |
| 2.2.4.14. | Requerimento de outras medidas executivas a serem realizadas antes da citação | 734 |
| 2.2.4.15. | Averbação da execução no registro público | 734 |
| 3. | Atividade jurisdicional preliminar do órgão jurisdicional na execução. Da admissibilidade à possível rejeição da demanda executiva..... | 735 |
| 3.1. | Noções gerais..... | 735 |
| 3.2. | Juízo de admissibilidade ordinatório | 735 |
| 3.3. | Juízo de admissibilidade negativo | 736 |
| 3.4. | Rejeição liminar da demanda executiva | 737 |
| 3.5. | Juízo de admissibilidade positivo e citação do executado | 737 |
| 4. | Embargos à execução e outras formas de defesa do executado | 738 |
| 4.1. | Meios de oposição à execução | 738 |
| 4.2. | Defesa por simples petição nos próprios autos de execução (exceção de pré-executividade)..... | 739 |
| 4.3. | Ação de conhecimento autônoma..... | 740 |
| 4.4. | Embargos à execução..... | 740 |
| 4.4.1. | Variação sobre conteúdo e natureza..... | 740 |
| 4.4.2. | Desnecessidade de penhora, depósito ou caução para a apresentação de embargos à execução | 741 |
| 4.4.3. | Prazo para oposição | 742 |
| 4.4.4. | Autuação em apartado..... | 743 |
| 4.4.5. | Embargos à execução por carta | 743 |
| 4.4.6. | Matérias argúveis nos embargos à execução | 744 |
| 4.4.7. | Juízo de admissibilidade dos embargos | 745 |
| 4.4.8. | Recebimento dos embargos à execução com efeito suspensivo..... | 746 |
| 4.4.9. | Contraditório, instrução e julgamento | 748 |
| 5. | Atos executivos..... | 748 |
| 5.1. | Observações preliminares | 748 |
| 5.2. | Execução por quantia certa..... | 749 |
| 5.2.1. | Perfis gerais..... | 749 |
| 5.2.1.1. | Obrigação de dar quantia em dinheiro..... | 749 |
| 5.2.1.2. | Execução por sub-rogação (direta) e por coerção (indireta) | 750 |
| 5.2.1.3. | Inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes como medida coercitiva | 750 |

| | | |
|------------|---|-----|
| 5.2.1.4. | Incidência de medidas executivas previstas para a execução de título judicial na execução de título extrajudicial, após a declaração judicial de exigibilidade da obrigação | 751 |
| 5.2.1.5. | Expropriação simples e por conversão de bens em dinheiro | 751 |
| 5.2.1.6. | Modalidades de atos de expropriação. Ordem preferencial..... | 752 |
| 5.2.2. | Início dos atos executivos..... | 754 |
| 5.2.2.1. | Aspectos gerais..... | 754 |
| 5.2.2.1.1. | Localização dos atos executivos, ordinariamente, na fase instrutória..... | 754 |
| 5.2.2.1.2. | Atos executivos realizados na fase inicial do processo..... | 756 |
| 5.2.2.2. | Averbação da execução, antes da citação..... | 757 |
| 5.2.2.3. | Admissão da execução, determinação de citação e fixação de honorários advocatícios | 760 |
| 5.2.2.4. | Citação, não pagamento e realização de atos executivos. Variação do procedimento, em atenção à modalidade de citação observada | 760 |
| 5.2.2.5. | Citação e pagamento imediato ou em parcelas. Pagamento no curso do processo, com a remição da execução..... | 761 |
| 5.2.2.6. | Não localização do executado para citação e arresto executivo. Conversão do arresto em penhora..... | 764 |
| 5.2.3. | Penhora. Perfis gerais | 765 |
| 5.2.3.1. | Natureza jurídica | 765 |
| 5.2.3.2. | Penhora e direito de preferência..... | 765 |
| 5.2.3.3. | Bens que não se sujeitam à execução. Impenhorabilidades | 766 |
| 5.2.3.3.1. | Bens inalienáveis e impenhoráveis. Impenhorabilidade absoluta e relativa. Penhorabilidade secundária ou excepcional | 766 |
| 5.2.3.3.2. | Hipóteses de impenhorabilidade.... | 768 |
| 5.2.3.4. | Utilidade da penhora..... | 775 |
| 5.2.3.5. | Ordem entre os bens que podem ser penhorados | 776 |
| 5.2.3.6. | Lugar de realização da penhora..... | 778 |

| | | |
|------------|---|-----|
| 5.2.3.7. | Apreensão e depósito..... | 779 |
| 5.2.3.8. | Documentação e registro da penhora..... | 780 |
| 5.2.3.9. | Averbação de arresto ou penhora no registro competente | 780 |
| 5.2.3.10. | Intimações da penhora..... | 781 |
| 5.2.3.11. | Modificações da penhora..... | 781 |
| 5.2.4. | Disciplinas específicas da penhora quanto a determinados bens..... | 785 |
| 5.2.4.1. | Considerações gerais | 785 |
| 5.2.4.2. | Penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira por meio eletrônico. Penhora <i>online</i> ... | 786 |
| 5.2.4.3. | Penhora de créditos | 787 |
| 5.2.4.4. | Penhora de quota de sociedade empresária em execução movida contra sócio..... | 789 |
| 5.2.4.5. | Penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes | 790 |
| 5.2.4.6. | Penhora de percentual de faturamento de empresa | 791 |
| 5.2.4.7. | Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel | 792 |
| 5.2.4.8. | Penhora de quota-parte de bem indivisível. Consequências quanto à avaliação e à expropriação..... | 793 |
| 5.2.4.9. | Penhora e direito de superfície. Direito de laje | 794 |
| 5.2.4.10. | Penhora de ativos virtuais. Criptoativos..... | 794 |
| 5.2.5. | Avaliação..... | 795 |
| 5.2.5.1. | Avaliação do bem e atos de expropriação..... | 795 |
| 5.2.5.2. | Avaliação comum e especial. Avaliação realizada por oficial de justiça ou perícia realizada por avaliador | 796 |
| 5.2.5.3. | Dispensa de avaliação pericial | 796 |
| 5.2.5.4. | Laudo de avaliação..... | 797 |
| 5.2.5.5. | Nova avaliação | 797 |
| 5.2.5.6. | Modificação da penhora, em razão de alteração no valor do bem..... | 798 |
| 5.2.6. | Atos de expropriação | 798 |
| 5.2.6.1. | Adjudicação, alienação e apropriação | 798 |
| 5.2.6.2. | Adjudicação..... | 798 |
| 5.2.6.2.1. | Natureza | 798 |

| | | | |
|--------|-------------|---|-----|
| | 5.2.6.2.2. | Adjudicação e remição de bens..... | 799 |
| | 5.2.6.2.3. | Aspectos procedimentais | 800 |
| | 5.2.6.3. | Alienação forçada | 801 |
| | 5.2.6.3.1. | Natureza | 801 |
| | 5.2.6.3.2. | Alienação por iniciativa particular ... | 802 |
| | 5.2.6.3.3. | Alienação por leilão judicial eletrônico ou presencial de móveis ou imóveis | 803 |
| | 5.2.6.3.4. | Leiloeiro | 804 |
| | 5.2.6.3.5. | Atos preparatórios do leilão | 804 |
| | 5.2.6.3.6. | Licitação pública do bem..... | 806 |
| | 5.2.6.3.7. | Conclusão da arrematação, assinatura do auto e expedição de ordem de entrega de bem móvel ou de carta de arrematação de bem imóvel | 810 |
| | 5.2.6.3.8. | Remição..... | 810 |
| | 5.2.6.3.9. | Invalidação, ineficácia, resolução da arrematação. Desistência do arrematante..... | 811 |
| | 5.2.6.3.10. | Aspectos procedimentais do leilão judicial eletrônico..... | 813 |
| 5.2.7. | | Satisfação do crédito | 815 |
| | 5.2.7.1. | Tutela específica. <i>Aliud pro alio</i> | 815 |
| | 5.2.7.2. | Satisfação direta e indireta do crédito..... | 816 |
| | 5.2.7.3. | Entrega do dinheiro ao exequente e quitação | 816 |
| | 5.2.7.4. | Concurso singular de credores..... | 817 |
| 5.3. | | Execução para a entrega de coisa..... | 819 |
| | 5.3.1. | Medidas executivas admissíveis. Opção entre execução fundada em título extrajudicial e a via prevista nos arts. 498 e 538 do CPC | 819 |
| | 5.3.2. | Coisa incerta e concentração | 820 |
| | 5.3.3. | Alienação da coisa no curso da ação | 820 |
| | 5.3.4. | Liquidação incidental, no curso da execução fundada em título extrajudicial..... | 821 |
| | 5.3.5. | Satisfação da obrigação e extinção da execução | 821 |
| 5.4. | | Execução das obrigações de fazer ou de não fazer..... | 822 |
| | 5.4.1. | Medidas executivas admissíveis. Opção entre execução fundada em título extrajudicial e a via prevista nos arts. 497, 536 e 537 do CPC | 822 |

| | | |
|---------|--|-----|
| 5.4.2. | Obrigação de fazer | 822 |
| 5.4.3. | Obrigação de não fazer | 824 |
| 5.5. | Execução contra a Fazenda Pública | 825 |
| 5.6. | Execução de alimentos | 825 |
| 6. | Suspensão e extinção da execução..... | 826 |
| 6.1. | Suspensão da execução..... | 826 |
| 6.2. | Extinção da execução | 828 |
| 6.2.1. | Visão geral..... | 828 |
| 6.2.2. | Natureza da decisão que extingue a execução..... | 828 |
| 6.2.3. | Extinção do processo de execução em razão da ausência de requisitos de admissibilidade. Correção do vício e ajuizamento de nova ação | 829 |
| 6.2.4. | Desistência da execução e propositura de nova ação | 829 |
| 6.2.5. | A causalidade (e não a sucumbência) como fundamento da responsabilidade pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios no processo de execução | 830 |
| 6.2.6. | Execução frustrada e desistência do processo pelo exequente. Honorários advocatícios..... | 831 |
| 6.2.7. | Prescrição intercorrente. Honorários advocatícios..... | 834 |
| 6.2.8. | Declaração de que a obrigação foi satisfeita. Efeito liberatório em favor do executado..... | 836 |
| 6.2.9. | Coisa julgada | 836 |
| 6.2.10. | Execução indevida e ressarcimento ao executado | 837 |

CAPÍTULO VII – RECURSOS E OUTROS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO ÀS DECISÕES JUDICIAIS. PROCESSOS NOS TRIBUNAIS

| | | |
|----------|--|-----|
| 1. | Meios de impugnação às decisões judiciais. Processos nos tribunais. | |
| | Abrangência da disciplina..... | 839 |
| 2. | Precedentes e jurisprudência no direito brasileiro. “Precedentes qualificados”. Precedente em sentido substancial e em sentido formal..... | 839 |
| 3. | Recursos..... | 844 |
| 3.1. | Perfis gerais..... | 844 |
| 3.1.1. | Natureza | 844 |
| 3.1.2. | Princípios fundamentais | 845 |
| 3.1.2.1. | Princípios de organização técnica..... | 845 |
| 3.1.2.2. | Duplo grau de jurisdição..... | 846 |
| 3.1.2.3. | Colegialidade | 847 |

| | | |
|----------|---|-----|
| 3.1.2.4. | Taxatividade | 847 |
| 3.1.2.5. | Unicidade (singularidade ou unirrecorribilidade) | 848 |
| 3.1.2.6. | Fungibilidade. Instrumentalidade recursal | 848 |
| 3.1.2.7. | Irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias | 850 |
| 3.1.3. | Juízos de admissibilidade e de mérito | 851 |
| 3.1.3.1. | Perfis gerais | 851 |
| 3.1.3.2. | Competência para a realização dos juízos de admissibilidade e de mérito do recurso. Órgãos <i>a quo</i> e <i>ad quem</i> | 853 |
| 3.1.3.3. | Vícios recursais sanáveis e insanáveis | 854 |
| 3.1.3.4. | Requisitos dos recursos | 854 |
| 3.1.3.5. | Juízo de mérito dos recursos. Vícios de atividade e de juízo. Reforma, anulação e integração da decisão recorrida | 866 |
| 3.1.3.6. | Juízo de retratação | 868 |
| 3.1.3.7. | Juízo de admissibilidade e de mérito do recurso interposto adesivamente | 869 |
| 3.1.4. | Efeitos | 870 |
| 3.1.4.1. | Efeitos devolutivo e translativo. <i>Reformatio in pejus</i> . Sucumbência recursal e honorários advocatícios | 870 |
| 3.1.4.2. | Efeito substitutivo | 874 |
| 3.1.4.3. | Efeito expansivo (ou extensivo) subjetivo ou objetivo (interno ou externo) | 875 |
| 3.1.4.4. | Efeito suspensivo e antecipação dos efeitos da tutela recursal. Tutela provisória (de urgência e de evidência) em sede recursal | 876 |
| 3.2. | Apelação | 882 |
| 3.2.1. | Cabimento | 882 |
| 3.2.1.1. | Apelação e agravo de instrumento: aproximações e distinções | 882 |
| 3.2.1.2. | Cabimento de apelação contra sentença | 882 |
| 3.2.1.3. | Cabimento de apelação contra decisão interlocutória | 883 |
| 3.2.2. | Forma | 886 |
| 3.2.3. | Procedimento em 1º grau de jurisdição | 887 |
| 3.2.4. | Procedimento em 2º grau de jurisdição | 888 |

| | | |
|----------|--|-----|
| 3.2.4.1. | Atividades do relator | 888 |
| 3.2.4.2. | Efeito suspensivo ou antecipação dos efeitos da tutela. Tutela provisória..... | 889 |
| 3.2.4.3. | Julgamento da apelação. Amplitude do efeito devolutivo | 891 |
| 3.3. | Agravo de instrumento | 894 |
| 3.3.1. | Recursos contra decisões interlocutórias | 894 |
| 3.3.2. | Cabimento restrito do agravo de instrumento. Taxatividade legal. A tese da “taxatividade mitigada”. Abrangência das hipóteses de cabimento do agravo de instrumento. Casos de incompatibilidade procedimental com o regime de impugnabilidade da decisão interlocutória apenas em apelação | 895 |
| 3.3.3. | Mandado de segurança e outros sucedâneos recursais | 899 |
| 3.3.4. | Forma | 903 |
| 3.3.5. | Processamento, efeitos e julgamento do agravo de instrumento | 905 |
| 3.4. | Agravo interno | 907 |
| 3.4.1. | Natureza e cabimento | 907 |
| 3.4.2. | Aspectos procedimentais | 908 |
| 3.4.3. | Agravo interno manifestamente inadmissível ou “improcedente”. Fixação de multa | 909 |
| 3.5. | Embargos de declaração..... | 909 |
| 3.5.1. | Natureza, objeto e conteúdo | 909 |
| 3.5.2. | Fundamentos..... | 910 |
| 3.5.3. | Interrupção do prazo para interposição de outros recursos... | 912 |
| 3.5.4. | Efeitos infringentes e contraditório | 912 |
| 3.5.5. | Efeito suspensivo..... | 913 |
| 3.5.6. | Processamento e julgamento | 913 |
| 3.5.7. | Embargos de declaração protelatórios..... | 914 |
| 3.5.8. | Embargos de declaração e prequestionamento..... | 914 |
| 3.6. | Recurso ordinário | 916 |
| 3.6.1. | Aspectos gerais..... | 916 |
| 3.6.2. | Cabimento | 917 |
| 3.6.3. | Efeitos..... | 917 |
| 3.6.4. | Processamento | 918 |
| 3.7. | Recursos extraordinário e especial | 918 |
| 3.7.1. | Objeto e conteúdo | 918 |

| | | |
|----------|--|-----|
| 3.7.2. | Papel do STF e do STJ, desempenhado através do julgamento dos recursos extraordinário e especial, à luz do Código de Processo Civil de 2015 | 919 |
| 3.7.3. | Fundamentos do recurso | 920 |
| 3.7.3.1. | Aspectos gerais..... | 920 |
| 3.7.3.2. | Decisão final sobre questão de direito constitucional ou federal. Configuração do prequestionamento, à luz do Código de Processo Civil de 2015..... | 921 |
| 3.7.3.3. | Divergência jurisprudencial e recurso especial... | 923 |
| 3.7.3.4. | Pedido de reforma, invalidação ou integração da decisão recorrida..... | 923 |
| 3.7.4. | Processamento dos recursos, no tribunal local..... | 924 |
| 3.7.5. | Processamento dos recursos, nos tribunais superiores..... | 927 |
| 3.7.5.1. | Interposição simultânea de recursos extraordinário e especial | 927 |
| 3.7.5.2. | Recebimento de recurso extraordinário como recurso especial, e vice-versa | 928 |
| 3.7.5.3. | Competência para decidir sobre a concessão de efeito suspensivo | 930 |
| 3.7.6. | Juízos de admissibilidade e de mérito | 931 |
| 3.7.6.1. | Distinção..... | 931 |
| 3.7.6.2. | Desconsideração de vício formal do recurso e possibilidade de correção..... | 931 |
| 3.7.6.3. | Fundamentação da decisão que não admite recurso especial, por ausência de dissídio jurisprudencial..... | 932 |
| 3.7.6.4. | Juízo de mérito bifásico | 932 |
| 3.7.7. | Efeitos devolutivo e translativo..... | 933 |
| 3.7.8. | Repercussão geral da questão federal constitucional para o recurso extraordinário e relevância da questão federal infraconstitucional para o recurso especial..... | 936 |
| 3.7.9. | Recursos extraordinário e especial repetitivos | 940 |
| 3.8. | Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário | 947 |
| 3.9. | Embargos de divergência | 948 |
| 3.9.1. | Natureza, objeto e conteúdo | 948 |
| 3.9.2. | Demonstração da divergência | 949 |
| 3.9.3. | Processamento dos embargos de divergência | 950 |

| | |
|---|-----|
| 4. Ações autônomas de impugnação | 951 |
| 4.1. Ações autônomas de impugnação previstas no direito brasileiro. Aproximações e distinções entre tais ações e recursos..... | 951 |
| 4.2. Ação rescisória, ação anulatória e ação declaratória | 952 |
| 4.2.1. Natureza da ação rescisória..... | 952 |
| 4.2.2. Objeto e conteúdo da ação rescisória..... | 953 |
| 4.2.3. Fundamentos da ação rescisória..... | 954 |
| 4.2.4. Ação declaratória. Réu não citado..... | 961 |
| 4.2.5. Ação anulatória | 961 |
| 4.2.6. Prazo para ajuizamento da ação rescisória..... | 962 |
| 4.2.7. Demanda rescisória | 963 |
| 4.2.7.1. Libelo: fundamentos e pedido | 963 |
| 4.2.7.2. Legitimidade | 964 |
| 4.2.7.3. Tribunal competente para o julgamento da ação rescisória..... | 966 |
| 4.2.7.4. Valor da causa..... | 966 |
| 4.2.7.5. Depósito de valor que poderá ser convertido em multa | 966 |
| 4.2.8. Juízo de admissibilidade e improcedência liminar do pedido rescindente..... | 967 |
| 4.2.9. Suspensão dos efeitos da decisão rescindenda..... | 967 |
| 4.2.10. Processamento da ação rescisória. Resposta do réu, na ação rescisória. Efeito da revelia. Produção de provas. Razões finais | 968 |
| 4.2.11. Julgamento da ação rescisória..... | 968 |
| 4.2.11.1. Admissibilidade e mérito da ação rescisória..... | 968 |
| 4.2.11.2. Juízos rescindente e rescisório. Efeitos | 969 |
| 4.2.11.3. Rejeição da ação rescisória. Reversão do valor depositado em favor do réu, a título de multa..... | 969 |
| 4.3. Mandado de segurança contra ato judicial..... | 969 |
| 4.4. Reclamação..... | 970 |
| 4.4.1. Natureza, objeto e conteúdo | 970 |
| 4.4.2. Cabimento da reclamação quando não observada tese firmada em recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida, julgamentos de casos repetitivos e incidente de assunção de competência | 971 |
| 4.4.3. Propositura e processamento..... | 972 |
| 4.4.4. Julgamento..... | 972 |

| | |
|---|-----|
| 5. Outros processos nos tribunais | 973 |
| 5.1. Aspectos gerais | 973 |
| 5.2. Incidente de arguição de inconstitucionalidade..... | 973 |
| 5.2.1. Arguição de inconstitucionalidade em controle difuso | 973 |
| 5.2.2. Fundamentação da arguição incidental de inconstitucionalidade | 973 |
| 5.2.3. Reserva de plenário e incompetência de órgão fracionário do tribunal | 974 |
| 5.2.4. Admissão ou dispensa do incidente..... | 974 |
| 5.2.5. Julgamento do incidente de arguição de inconstitucionalidade | 974 |
| 5.3. Conflito de competência..... | 975 |
| 5.3.1. Provocação e processamento | 975 |
| 5.3.2. Decisão sobre o conflito de competência | 975 |
| 5.3.3. Conflito de atribuições | 976 |
| 5.4. Homologação de decisão estrangeira e concessão do <i>exequatur</i> a carta rogatória..... | 977 |
| 5.4.1. Aspectos gerais | 977 |
| 5.4.2. Necessidade de homologação de decisão estrangeira | 977 |
| 5.5. Incidente de assunção de competência..... | 979 |
| 5.6. Incidente de resolução de demandas repetitivas | 980 |
| 5.6.1. Natureza e pressupostos | 980 |
| 5.6.2. Aspectos procedimentais | 983 |
| 5.6.3. Definição, aplicação e revisão da tese firmada..... | 988 |
| 6. Aspectos procedimentais comuns dos processos nos tribunais..... | 989 |
| 6.1. Visão geral | 989 |
| 6.2. Registro e distribuição..... | 989 |
| 6.3. Direção formal e material do processo pelo relator..... | 990 |
| 6.4. Julgamento pelo órgão colegiado | 992 |
| 6.4.1. Elaboração do voto pelo relator | 992 |
| 6.4.2. Julgamento por meio eletrônico. Sessão “virtual” (ou “eletrônica”) | 993 |
| 6.4.3. Designação de dia de julgamento pelo presidente e publicação da pauta | 993 |
| 6.4.4. Ordem de preferência dos julgamentos, nas sessões presenciais | 993 |
| 6.4.5. Julgamento em sessão presencial e sustentação oral | 994 |

| | | |
|--------------------|--|------|
| 6.4.6. | Questões prévias (preliminares e prejudiciais). Fato superveniente. Julgamento concomitante de agravo de instrumento e de apelação..... | 995 |
| 6.4.7. | Pedido de vista..... | 996 |
| 6.4.8. | Prolação dos votos. Votos concordantes e divergentes. Decisão unânime ou por maioria. Divergências qualitativas ou quantitativas entre os votos..... | 997 |
| 6.4.9. | Julgamento não unânime e ampliação do <i>quorum</i> | 999 |
| 6.4.10. | Lavratura do acórdão e publicação da ementa..... | 1002 |
| 6.4.11. | Trânsito em julgado e baixa dos autos..... | 1003 |
| BIBLIOGRAFIA | | 1005 |